

Prefeitura Municipal de Nova Redenção

Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ldo)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO



Avenida Nascer do Sol | Centro | Nova Redenção-Ba

www.pmnovaredencao.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
FA8C7540311B77D58B2B4A97A33A81D9

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 131/2015
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2016

Junho/2015

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

SUMÁRIO

Disposições Preliminares	1
Capítulo I – Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal	1
Capítulo II - Da Estrutura, Organização e Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações.....	3
Seção I - Das Disposições Gerais.....	3
Seção II – Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4
Seção III – Da Descentralização de Créditos consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13
Seção IV - Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações	14
Capítulo III – Da Geração da Despesa.....	21
Capítulo IV - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.....	22
Capítulo V - Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária e Política de Arrecadação de Receitas	25
Capítulo VI - Das Disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável	25
Seção I - Das Disposições Gerais.....	25
Seção II - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal.....	26
Capítulo VII - Das Disposições Finais	27
ANEXOS	31

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 131, de 16 de junho de 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO, ESTADO DA BAHIA, aprovou, e eu, Prefeita do Município, sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de NOVA REDENÇÃO, para o exercício de 2016, em conformidade e cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os artigos 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III - a geração de despesa;
- IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII - as disposições finais.

Parágrafo único – Também integram esta Lei, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em conformidade com o disposto nos §§ 1º, 2º, I, II, III, IV, V e 3º. do art. 4º. da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração municipal serão as seguintes:

- I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

II - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

IV - implementação de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;

V - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

VI - austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;

VIII - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

IX - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros;

XI - implantação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à cidadania e a dignidade da pessoa humana com vistas a corrigir desigualdades.

Art. 3º As ações e metas prioritárias para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no **ANEXO I - PRIORIDADES E METAS ADMINISTRATIVAS** que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - As prioridades e metas a que se referem o caput deste artigo, são passíveis de revisão, alteração e atualização quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964 e Portaria STN nº. 700, de 10 de dezembro de 2014 que atualiza a 6ª. Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 5º. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

§ 1º. A Lei Orçamentária de 2016 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos sociais.

Art. 6º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;
- II. juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;
- III. contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;
- IV. outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei Autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000, bem como, os critérios instituídos pelas Resoluções do Senado Federal, atinentes à matéria.

Art. 8º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

- I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II - será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Seção II Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 9º Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **função**, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - **subfunção**, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

VIII - **órgão** - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - **transposição** - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - **remanejamento** - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - **transferência** - o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - **reserva de contingência** - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII - **passivos contingentes** - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - **créditos adicionais** - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - **crédito adicional suplementar** - as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - **crédito adicional especial** - as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - **crédito adicional extraordinário** - as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - **unidade orçamentária** - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - **unidade gestora** - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

orçamentária e gerência;

XXI - **alteração do Detalhamento da Despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade e que não se caracterizam como créditos suplementares;

XXII – **Modificações Orçamentárias** - As Modificações Orçamentárias são aquelas quantitativas e /ou qualitativas passíveis de serem realizadas no âmbito de cada unidade orçamentária – UO e no mesmo programa e que não se caracterizam como créditos suplementares e serão feitas de acordo com os tipos específicos indicados como:

- a) Reprogramação entre Ações, destinada a remanejar ou transferir recursos entre projetos, atividades e operações especiais *integrantes do mesmo Programa*.
- b) Alteração de Elemento de Despesa, destinada unicamente a remanejar recursos entre elementos do mesmo programa e, *inclusive para proceder à inclusão de novo elemento de despesa em ação já existente;*
- c) Alteração de Fontes de Recursos, destinada ao remanejamento de recursos entre as fontes de uma ação, permitindo a inclusão de nova fonte de recursos e também *à inclusão de novo elemento de despesa em ação já existente de fonte já existente;*

XXIII - **descentralização de créditos orçamentários** - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIV – **provisão** - ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXV - **descentralização interna** - é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXVI - **descentralização externa** - é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

XXVII – **destaque** – operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um órgão ou entidade da Administração Pública Municipal transfere para outro poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados.

Art. 10. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de imposto e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos provenientes do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Lei 9.394/1996 e alterações, bem como a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, regulamentada pela Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007 e suas alterações.

§ 2º - O Município de Nova Redenção e o Estado da Bahia, caso seja necessário, celebrarão convênios para transferências de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros nos quais estará prevista a transferência imediata de recursos do Fundo correspondentes ao número de matrículas que o estado ou o município assumir, devendo essas despesas serem consideradas como recursos aplicados ao mesmo, para efeito de atendimento aos limites legais e constitucionais estabelecidos.

Art. 11. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 12. De acordo com o definido no inciso III do art. 7º. Da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 o Município deverá aplicar anualmente, em ações e serviços públicos saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º. Do art. 159, todos da Constituição Federal.

§ 1º Na forma do disposto na Lei Complementar 141/2012 está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no §2º. Do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.

§ 2º Para efeito do cálculo do montante de recursos previsto na Lei Complementar 141/2012, devem ser considerados os recursos decorrentes da dívida ativa, da multa e dos juros de mora provenientes dos impostos e da sua respectiva dívida ativa.

§ 3º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Lei Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados nesta Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 13. São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º., Constituição Federal, as despesas que, realizadas com recursos previstos no § 1º., do art. 12 desta Lei, através de fundo especial, estejam relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º. Da Lei no. 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, bem como às diretrizes definidas na Lei Complementar 141/2012.

§ 1º As despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos Fundos de Saúde.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

§ 2º O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 3º Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada no **§ 1º**.

Art. 14. Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 12 e 13 desta Lei, combinado com o disposto na Portaria 2047/2002 e Resolução nº. 1277/2008 do TCM e suas alterações, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT, as relativas a:

- I - pagamento de aposentadorias e pensões;
- II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);
- III - merenda escolar;
- IV - saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII do art. 13 desta Lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;
- V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);
- VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não-governamentais;
- VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7º da Portaria 2.047/2002, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

Art. 15. A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de agosto de 2014, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

- I - texto da lei
- II - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - informações complementares.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

- I - sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;
- II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo 01 de que trata o art. 2º. da Lei Federal nº 4.320/64;
- III - quadro discriminativo da receita por fontes;
- IV - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

- I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- II - da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 e demais legislações pertinentes à matéria;
- III - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2014;
- IV - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subseqüentes;
- V - demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;
- VI - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.º 4.320/64.

Art. 16. A receita será detalhada, na proposta, na Lei Orçamentária Anual de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

§ 1º A classificação das naturezas de receita obedecerá a estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial no. 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Art. 17. A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163/2001 e suas alterações e atualizações.

Art. 18. Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida pública municipal;
- III - contrapartida de convênios e financiamentos;
- IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 19. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, meio ambiente e outras definidas em legislação específica, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964 e lei específica do município.

§ 1º O repasse de recursos por órgão ou entidade da administração direta ou indireta a entidades civis sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública em nível federal, estadual e/ou municipal, a título de subvenção ou auxílio, obedecerá ao quanto disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4320/64, art. 29 da Lei 8.666/93, art. 26 da Lei Complementar 101/00, Instrução Normativa nº. 01, de 17 de outubro de 2005, combinados com as disposições constantes da Resolução nº. 1121, de 21 dezembro de 2005, alterada pela resolução 1257/2007, Instrução Normativa 01 de 13 de agosto de 2009, ambas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, observando ainda o disposto em lei específica do município e nas determinações do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Pobreza.

§ 2º Para habilitar – se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2015 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 3º Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 4º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 21. A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido nas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão observadas suas alterações, as quais devem ser utilizadas pela União, estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 22. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I - dos tributos de sua competência;
- II - das transferências constitucionais;
- III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV - dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

- V - das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI - da cobrança da dívida ativa;
- VII - as oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;
- IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000 e Lei Complementar 141/2012;
- XI - de outras rendas.

Art. 23. Nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos no art. 9º e seus incisos, desta Lei.

§ 1º Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional e funcional, e segundo sua natureza além da estrutura programática discriminada em programas e ações (projeto, atividade e operação especial), de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos governamentais correspondentes.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a Subfunção às quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria no. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

§ 4º As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 5º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária e executora.

§ 6º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 7º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

§ 8º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais (GND 1);
- 2 - Juros e Encargos da Dívida (GND 2);
- 3 - Outras Despesas Correntes (GND 3);
- 4 - Investimentos (GND 4);
- 5 - Inversões Financeiras (GND 5); e
- 6 - Amortização da Dívida (GND 6).

§ 9º A modalidade de aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

§ 10º A especificação da modalidade de que trata o § 9º deste artigo observará detalhamento a seguir, o qual poderá ser atualizado observando o disposto na Portaria Interministerial no. 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes à matéria:

- I. **20** Transferências À União;
- II. **30** Transferências A Estados E Ao Distrito Federal;
- III. **40** Transferências A Municípios;
- IV. **41** Transferências A Municípios - Fundo A Fundo;
- V. **42** Execução Orçamentária Delegada A Municípios;
- VI. **45** Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no. 24 da Lei Complementar no. 141, de 2012;
- VII. **46** Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no. 141, de 2012;
- VIII. **50** Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos;
- IX. **60** Transferências A Instituições Privadas Com Fins Lucrativos;
- X. **67** Execução de Contrato de Parceria Público e Privada - PPP
- XI. **70** Transferências A Instituições Multigovernamentais;
- XII. **71** Transferências A Consórcios Públicos Mediante Contrato De Rateio;
- XIII. **72** Execução Orçamentária Delegada A Consórcios Públicos;
- XIV. **73** Transferências A Consórcios Públicos Mediante Contrato De Rateio À Conta De Recursos De Que Tratam Os §§ 1º E 2º Do Art. 24 Da Lei Complementar Nº 141, De 2012;
- XV. **74** Transferências A Consórcios Públicos Mediante Contrato De Rateio À Conta De Recursos De Que Trata O Art. 25 Da Lei Complementar Nº 141, De 2012;
- XVI. **90** Aplicações Diretas
- XVII. **91** Aplicação Direta Decorrente De Operação Entre Órgãos, Fundos E Entidades Integrantes Dos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

- XVIII. **93** Aplicação Direta Decorrente De Operação De Órgãos, Fundos E Entidades Integrantes Dos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Com Consórcio Público Do Qual O Ente Participe;
- XIX. **94** Aplicação Direta Decorrente De Operação De Órgãos, Fundos E Entidades Integrantes Dos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Com Consórcio Público Do Qual O Ente Não Participe;
- XX. **95** Aplicação Direta À Conta De Recursos De Que Tratam Os §§ 1º E 2º Do Art. 24 Da Lei Complementar Nº 141, De 2012;
- XXI. **96** Aplicação Direta À Conta De Recursos De Que Trata O Art. 25 Da Lei Complementar Nº 141, De 2012;
- XXII. **99** A Definir.

§11 A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§12 É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§13 A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163/2001 e suas alterações.

§14 Na forma do disposto no art. 6º. Da Portaria Interministerial no. 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far – se – á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

§15 O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa em pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins, não sendo obrigatória sua discriminação na Lei Orçamentária de 2016.

§16 Poderá ser efetuada inclusão de elementos de despesas à estrutura de Projetos, Atividades e Operação Especial constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante crédito adicional suplementar na forma definida na Lei 4.320/64 e nos limites autorizados na lei orçamentária ou em lei específica, desde que o elemento a ser inserido já exista na estrutura da Unidade Orçamentária respectiva.

Seção III

Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 24. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

Vereadores, na forma definida no art. 9º desta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

- I. descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);
- II. descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 5º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

§ 6º Não caracteriza infringência à vedação contida no inciso VI do caput do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

Seção IV Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 25. O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 31 de julho de 2015, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I. o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;
- II. os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de anterior.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2014.

Art. 26. Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2015, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 27. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2015, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2016, na forma do definido na Constituição Federal, observadas as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 de 09/12/2009, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I. número da ação originária;
- II. data do ajuizamento da ação originária;
- III. número e tipo do precatório;
- IV. tipo da causa julgada;
- V. data da autuação do precatório;
- VI. nome do beneficiário;
- VII. valor a ser pago; e,
- VIII. data do trânsito em julgado.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 de 09/12/2009, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais diplomas legais pertinentes à matéria.

Art. 28. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I. na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II. acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2016 e em seus créditos adicionais.

§ 6º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, na forma das disposições contidas art. 167, § 2o, da Constituição Federal e art. 161, § 2o, da Constituição Estadual.

§ 7º A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto contidas art. 167, § 2o, da Constituição Federal e art. 161, § 2o, da Constituição Estadual, será efetivada, se necessária, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 29. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida.
- III. sejam relacionadas com:
- a) a correção de erros ou omissões; ou
 - b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;
- II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 30. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 29 desta Lei, entende-se por:

Emenda - proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser **aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa** ou **supsressiva**;

Emenda aditiva - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva - a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Emenda aglutinativa - a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo** – denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteadas por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita**: "Suprima-se ...", "Onde se lê ...", "Leia-se ...", "Acrescente-se ...", "Dê-se ao art.... a seguinte redação";

c) **contexto**, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem à matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.

Art. 32. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

Art. 33. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

- I. mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
- II. pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou
- III. por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 34. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 35. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

- I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via decreto, do Prefeito Municipal;
- II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 2º As Atividades, Projetos e Operações Especiais serão detalhados, no Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

- I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto, do Prefeito Municipal;
- II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º – Os QDDs também poderão ser alterados no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, através das modificações orçamentárias, as quais não se caracterizam como créditos suplementares em conformidade com o que se trata no inciso XXII do art. 9º. desta lei, através da inclusão de elemento de despesa já existente no orçamento, bem como o remanejamento de recursos entre as fontes de uma ação, permitindo a inclusão deste com a fonte de recursos já existente;

§ 6º - As fontes de recursos de que trata o § 3º deste artigo, são as definidas na Resolução nº 1268/08.TCM/BA e suas alterações, que dispõe sobre os procedimentos das receitas públicas, institui a Tabela Única de Destinações de Recursos/Fonte de Recursos a ser utilizada pelos municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências, apresentadas da seguinte forma:

A – DESTINAÇÃO PRIMÁRIA OU NÃO FINANCEIRA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
03	Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
10	FCBA – Fundo de Cultura da Bahia
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde)
28	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
30	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta

B – DESTINAÇÃO NÃO PRIMÁRIA OU FINANCEIRA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
90	Operações de Crédito Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienação de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§ 7º Os valores fixados nas Fontes poderão ser alterados entre as mesmas, no decurso do exercício financeiro, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitadas sempre suas vinculações constitucionais, legais, e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2016 e em seus créditos adicionais.

Art. 36. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 37. As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 28 desta Lei.

CAPÍTULO III DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 38. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 38 e 39 desta Lei.

Art. 39. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

- I. adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
- II. compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do art. 39, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

§ 3º Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98, nº 9.854, de 27.10.99 e suas alterações.

§ 4º As normas do art. 39 constituem condição prévia para:

- I. empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;
- II. desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 40. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 38 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º deste artigo, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 41. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 42. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I. sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II. não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 43. As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2016, com base na folha de pagamento de maio de 2015, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I. de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II. relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III. derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV. decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 44. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 42 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II. criação de cargo, emprego ou função;
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. contratação de hora extra.

Art. 45. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 42, sem prejuízo das medidas previstas no art. 43 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º Não alcançada à redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I. receber transferências voluntárias;
- II. obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III. contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 46. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 47. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I. houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II. for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 42 desta Lei;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

- III. forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I. a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II. a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III. a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 48. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I. educação;
- II. saúde;
- III. fiscalização fazendária;
- IV. assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 49. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I. adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II. revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III. aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV. geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V. estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 50. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 51. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I. ao endividamento público;
- II. ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III. aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV. à administração e gestão financeira.

Art. 52. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 50 desta Lei:

- I. o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II. a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 54 desta Lei;
- III. a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV. a limitação e contenção dos gastos públicos;
- V. a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;
- VI. a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 53. A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Seção II Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 54. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO GABINETE DO PREFEITO

não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria 537 de 18/09/13 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

§ 3º A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

Art. 55. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Lei Complementar 141/2012 e demais diplomas legais em vigor, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 57. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos;
- II. serviços da dívida;
- III. despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

com financiamento específico;

- IV. investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único. Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 58. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 59. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 60. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos;
- II. serviços da dívida;
- III. decorrentes de financiamentos;
- IV. decorrentes de convênios;
- V. as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 61. A proposta Orçamentária, observado disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, conterà dotação global denominada "Reserva de Contingência", sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, constituída exclusivamente dos recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2016, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as alterações e adequações orçamentárias, via abertura de créditos adicionais, em conformidade com o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único – Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência, nos fins previstos no caput deste artigo, até 31 de outubro de 2016, o Poder Executivo disporá sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais devidamente autorizados.

Art. 62. A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 63. Integrarão a presente Lei os Anexos:

Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

Anexo II - Metas Fiscais;

Anexo III - Riscos Fiscais.

§ 1º A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF bem como ao determinado na Portaria 700/2014, de 10/12/14 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, o **Anexo de Metas Fiscais** deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 2º Os anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto a Lei Orçamentária 2016, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 64. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2014/2017 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 65. Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 66. Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no artigo anterior, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2016.

Art. 68. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO, em 16 de junho de 2015.

ANNA GUADALUPE P. LUQUINI AZEVEDO
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXOS

- 31 -

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXOS

Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal	34
Anexo II - Metas Fiscais	
Demonstrativo I – Metas Anuais	40
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	41
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	42
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido	43
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.....	44
Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS	45
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	47
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	48
Demonstrativo IX – Metodologia de Projeção da Receita	49
Demonstrativo X - Evolução da Receita Nos Últimos Três Anos e a Sua Projeção Para os Dois Seguintes Àquele a Que se Referirem.....	51
Demonstrativo XI - Estimativa da Receita Por Fonte de Recurso.....	52
Anexo III - Riscos Fiscais	50

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II METAS FISCAIS

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III RISCOS FISCAIS

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

Av. Nascer do Sol, S/N - CEP 46.835-000
Centro
C.N.P.J. : 16.245.334/0001-65

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	PROJETO	TOTAL FIXADO
01.000.0000.0.000	LEGISLATIVA	930.000,00	50.000,00	980.000,00
01.031.0000.0.000	AÇÃO LEGISLATIVA	930.000,00	50.000,00	980.000,00
01.031.1111.0.000	LEGISLATIVO FORTE E EFICIENTE	930.000,00	50.000,00	980.000,00
01.031.1111.1.001	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		50.000,00	50.000,00
01.031.1111.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	406.000,00		406.000,00
01.031.1111.2.002	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PLENÁRIO	524.000,00		524.000,00
04.000.0000.0.000	ADMINISTRAÇÃO	1.935.651,32		1.935.651,32
04.122.0000.0.000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.886.451,32		1.886.451,32
04.122.2222.0.000	GESTÃO ADMINISTRATIVA: MODERNA E TRANSPARENTE	1.886.451,32		1.886.451,32
04.122.2222.2.003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO	99.000,00		99.000,00
04.122.2222.2.004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	490.000,00		490.000,00
04.122.2222.2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. FINANÇAS	717.251,32		717.251,32
04.122.2222.2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	580.200,00		580.200,00
04.125.0000.0.000	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	49.200,00		49.200,00
04.125.2222.0.000	GESTÃO ADMINISTRATIVA: MODERNA E TRANSPARENTE	49.200,00		49.200,00
04.125.2222.2.007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	49.200,00		49.200,00
08.000.0000.0.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	625.685,73	70.000,00	695.685,73
08.243.0000.0.000	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	197.027,55		197.027,55
08.243.5555.0.000	SOCIAL: DIREITO, CIDADANIA E VALORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	197.027,55		197.027,55
08.243.5555.2.009	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	27.500,00		27.500,00
08.243.5555.2.010	MANUTENÇÃO DO CONSELHO CMDCA	30.000,00		30.000,00
08.243.5555.2.011	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	20.623,25		20.623,25
08.243.5555.2.012	MANUT. FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES	8.500,00		8.500,00
08.243.5555.2.013	GESTÃO DAS AÇÕES DO SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTAL. DE VINCULOS - SCFV	91.656,40		91.656,40
08.243.5555.2.014	GESTÃO DAS AÇÕES DO IGD SUAS	18.747,90		18.747,90
08.244.0000.0.000	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	428.658,18	70.000,00	498.658,18
08.244.5555.0.000	SOCIAL: DIREITO, CIDADANIA E VALORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	428.658,18	70.000,00	498.658,18
08.244.5555.1.002	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		70.000,00	70.000,00
08.244.5555.2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	272.000,00		272.000,00
08.244.5555.2.019	GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	8.000,00		8.000,00
08.244.5555.2.021	MANUTENÇÃO DO PISO BÁSICO FIXO	95.822,60		95.822,60
08.244.5555.2.022	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD BF	52.835,58		52.835,58
10.000.0000.0.000	SAÚDE	3.557.266,44	508.971,44	4.066.237,88
10.301.0000.0.000	ATENÇÃO BÁSICA	3.422.854,81	9.000,00	3.431.854,81
10.301.4444.0.000	MAIS QUE SAÚDE, VIDA.	3.422.854,81	9.000,00	3.431.854,81
10.301.4444.1.003	REFORMA E MANUTENÇÃO DE CENTRO DE FISIOTERAPIA		9.000,00	9.000,00
10.301.4444.2.023	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE INVESTIMENTO	500.000,00		500.000,00
10.301.4444.2.024	MANUTENÇÃO DO PROGR. DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE	176.648,00		176.648,00
10.301.4444.2.025	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE FARMÁCIA BÁSICA	70.000,00		70.000,00

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

Av. Nascer do Sol, S/N - CEP 46.835-000
Centro
C.N.P.J. : 16.245.334/0001-65

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	PROJETO	TOTAL FIXADO
10.301.4444.2.026	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	224.000,00		224.000,00
10.301.4444.2.027	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.000,00		2.000,00
10.301.4444.2.028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	241.000,00		241.000,00
10.301.4444.2.029	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	123.115,63		123.115,63
10.301.4444.2.030	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO PSE	20.415,50		20.415,50
10.301.4444.2.032	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS / CONVÊNIOS	125.415,50		125.415,50
10.301.4444.2.033	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	435.708,70		435.708,70
10.301.4444.2.034	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	43.746,50		43.746,50
10.301.4444.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.460.804,98		1.460.804,98
10.302.0000.0.000	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	44.371,15	284.971,44	329.342,59
10.302.4444.0.000	MAIS QUE SAÚDE, VIDA.	44.371,15		329.342,59
10.302.4444.1.004	CONST. REFORMA, AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		284.971,44	284.971,44
10.302.4444.2.036	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO AIH/SIA/SUS	17.623,25		17.623,25
10.302.4444.2.037	MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	26.747,90		26.747,90
10.304.0000.0.000	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	90.040,48		90.040,48
10.304.4444.0.000	MAIS QUE SAÚDE, VIDA.	90.040,48		90.040,48
10.304.4444.2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	90.040,48		90.040,48
10.305.0000.0.000	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		215.000,00	215.000,00
10.305.4444.0.000	MAIS QUE SAÚDE, VIDA.		215.000,00	215.000,00
10.305.4444.1.005	CONSTRUÇÃO DA SALA DE REDE DE FRIOS		215.000,00	215.000,00
12.000.0000.0.000	EDUCAÇÃO	7.397.460,40	680.000,00	8.077.460,40
12.306.0000.0.000	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	381.552,41		381.552,41
12.306.3333.0.000	EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, COMPROMISSO E QUALIDADE	381.552,41		381.552,41
12.306.3333.2.040	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	381.552,41		381.552,41
12.361.0000.0.000	ENSINO FUNDAMENTAL	6.349.506,57	308.000,00	6.657.506,57
12.361.3333.0.000	EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, COMPROMISSO E QUALIDADE	6.349.506,57	308.000,00	6.657.506,57
12.361.3333.1.007	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO UNID. ESCOLARES		308.000,00	308.000,00
12.361.3333.2.042	PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	75.343,56		75.343,56
12.361.3333.2.043	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	671.589,54		671.589,54
12.361.3333.2.044	GESTÃO DAS AÇÕES DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS	149.155,00		149.155,00
12.361.3333.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60% - FUNDAMENTAL	3.076.450,05		3.076.450,05
12.361.3333.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL	2.065.000,00		2.065.000,00
12.361.3333.2.047	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO, FUNDEB, ALIMENTAÇÃO)	30.000,00		30.000,00
12.361.3333.2.048	GESTÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO	276.760,67		276.760,67
12.361.3333.2.049	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	5.207,75		5.207,75
12.362.0000.0.000	ENSINO MÉDIO	40.000,00		40.000,00
12.362.3333.0.000	EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, COMPROMISSO E QUALIDADE	40.000,00		40.000,00
12.362.3333.2.050	GESTÃO DAS AÇÕES DO PETE	40.000,00		40.000,00
12.364.0000.0.000	ENSINO SUPERIOR	40.000,00		40.000,00
12.364.3333.0.000	EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, COMPROMISSO E QUALIDADE	40.000,00		40.000,00
12.364.3333.2.051	PROMOÇÃO E APOIO AO ENSINO SUPERIOR	40.000,00		40.000,00

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

Av. Nascer do Sol, S/N - CEP 46.835-000
Centro
C.N.P.J. : 16.245.334/0001-65

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	PROJETO	TOTAL FIXADO
12.365.0000.0.000	EDUCAÇÃO INFANTIL	586.401,42	372.000,00	958.401,42
12.365.3333.0.000	EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO, COMPROMISSO E QUALIDADE	586.401,42	372.000,00	958.401,42
12.365.3333.1.008	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DE CRECHES		372.000,00	372.000,00
12.365.3333.2.052	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60% - EDUCAÇÃO INFANTIL	296.360,83		296.360,83
12.365.3333.2.053	GESTÃO DAS AÇÕES DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS	50.000,00		50.000,00
12.365.3333.2.054	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40% - EDUCAÇÃO INFANTIL	170.040,59		170.040,59
12.365.3333.2.069	GESTÃO DAS AÇÕES DO PROG. BRASIL CARINHOSO	70.000,00		70.000,00
13.000.0000.0.000	CULTURA	245.416,06	243.750,00	489.166,06
13.122.0000.0.000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	121.000,00		121.000,00
13.122.2000.0.000	INCENTIVO A AÇÃO CULTURAL	121.000,00		121.000,00
13.122.2000.2.055	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	121.000,00		121.000,00
13.392.0000.0.000	DIFUSÃO CULTURAL	124.416,06		124.416,06
13.392.2000.0.000	INCENTIVO A AÇÃO CULTURAL	124.416,06		124.416,06
13.392.2000.2.056	GESTÃO DAS TRADIÇÕES E EVENTOS CULTURAIS	124.416,06		124.416,06
13.695.0000.0.000	TURISMO		243.750,00	243.750,00
13.695.0473.0.000	DIFUSÃO CULTURAL		243.750,00	243.750,00
13.695.0473.1.009	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA FESTA DO VAQUEIRO		243.750,00	243.750,00
15.000.0000.0.000	URBANISMO	1.518.647,57	377.983,40	1.896.630,97
15.451.0000.0.000	INFRA-ESTRUTURA URBANA	48.000,00	125.333,40	104.283,33
15.451.0052.0.000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	48.000,00		48.000,00
15.451.0052.2.057	AÇÕES DO CONSORCIO PÚBLICO CHAPADA FORTE - CIDCD	30.000,00		30.000,00
15.451.0052.2.058	AÇÕES DO CONSORCIO PÚBLICO PORTAL DA CHAPADA DIAMANTINA - COPCHAD	18.000,00		18.000,00
15.451.7777.0.000	INFRAESTRUTURA URBANA: POR UMA CIDADE MAIS ORGANIZAD		125.333,40	125.333,40
15.451.7777.1.011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, PONTES E VIAS PÚBLICAS		46.283,33	46.283,33
15.451.7777.1.012	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS JARDINS E CEMITÉRIOS		79.050,07	79.050,07
15.452.0000.0.000	SERVIÇOS URBANOS	1.470.647,57	252.650,00	1.723.297,57
15.452.7777.0.000	INFRAESTRUTURA URBANA: POR UMA CIDADE MAIS ORGANIZAD	1.470.647,57	252.650,00	1.723.297,57
15.452.7777.1.013	PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS		252.650,00	252.650,00
15.452.7777.2.059	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	653.500,00		653.500,00
15.452.7777.2.060	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	817.147,57		817.147,57
16.000.0000.0.000	HABITAÇÃO		10.000,00	10.000,00
16.482.0000.0.000	HABITAÇÃO URBANA		10.000,00	10.000,00
16.482.7777.0.000	INFRAESTRUTURA URBANA: POR UMA CIDADE MAIS ORGANIZAD		10.000,00	10.000,00
16.482.7777.1.014	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		10.000,00	10.000,00
17.000.0000.0.000	SANEAMENTO		9.000,00	9.000,00
17.512.0000.0.000	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		9.000,00	9.000,00
17.512.7777.0.000	INFRAESTRUTURA URBANA: POR UMA CIDADE MAIS ORGANIZAD		9.000,00	9.000,00
17.512.7777.1.015	PROJETO DE SANEAMENTO BASICO E SISTEMA DE ÁGUA		9.000,00	9.000,00
18.000.0000.0.000	GESTÃO AMBIENTAL	12.500,00		12.500,00
18.542.0000.0.000	CONTROLE AMBIENTAL	12.500,00		12.500,00
18.542.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO	12.500,00		12.500,00

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

Av. Nascer do Sol, S/N - CEP 46.835-000
Centro
C.N.P.J. : 16.245.334/0001-65

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	PROJETO	TOTAL FIXADO
18.542.6666.2.061	MANUT. DAS ATIVIDADES DE CONTROLE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	12.500,00		12.500,00
20.000.0000.0.000	AGRICULTURA	402.500,00	29.000,00	431.500,00
20.122.0000.0.000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	192.500,00		192.500,00
20.122.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO	192.500,00		192.500,00
20.122.6666.2.062	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	192.500,00		192.500,00
20.605.0000.0.000	ABASTECIMENTO		10.000,00	10.000,00
20.605.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO		10.000,00	10.000,00
20.605.6666.1.016	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE MERCADOS		10.000,00	10.000,00
20.608.0000.0.000	Promoção da Produção Agropecuária;	210.000,00	10.000,00	220.000,00
20.608.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO	210.000,00	10.000,00	220.000,00
20.608.6666.1.017	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE MATADOURO		10.000,00	10.000,00
20.608.6666.2.063	AÇÕES DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	210.000,00		210.000,00
20.691.0000.0.000	PROMOÇÃO COMERCIAL		9.000,00	9.000,00
20.691.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO		9.000,00	9.000,00
20.691.6666.1.018	CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO		9.000,00	9.000,00
23.000.0000.0.000	COMÉRCIO E SERVIÇOS	123.500,00		123.500,00
23.695.0000.0.000	TURISMO	123.500,00		123.500,00
23.695.6666.0.000	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO PRODUTIVO	123.500,00		123.500,00
23.695.6666.2.064	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	123.500,00		123.500,00
26.000.0000.0.000	TRANSPORTE	7.000,00	5.000,00	12.000,00
26.782.0000.0.000	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.000,00	5.000,00	12.000,00
26.782.7777.0.000	INFRAESTRUTURA URBANA: POR UMA CIDADE MAIS ORGANIZADA	7.000,00	5.000,00	12.000,00
26.782.7777.1.019	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEÍCULOS		5.000,00	5.000,00
26.782.7777.2.065	MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL	7.000,00		7.000,00
27.000.0000.0.000	DESPORTO E LAZER		358.750,00	358.750,00
27.811.0000.0.000	DESPORTO DE RENDIMENTOS		231.750,00	231.750,00
27.811.8888.0.000	NOVA REDENÇÃO EM MOVIMENTO. VALORIZANDO O ESPORTE		231.750,00	231.750,00
27.811.8888.1.020	CONST., REFORMA, AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS		231.750,00	231.750,00
27.813.0000.0.000	LAZER		127.000,00	127.000,00
27.813.8888.0.000	NOVA REDENÇÃO EM MOVIMENTO. VALORIZANDO O ESPORTE		127.000,00	127.000,00
27.813.8888.1.022	CONST., REFORMAS E APLIAÇÕES DE ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL		127.000,00	127.000,00
28.000.0000.0.000	ENCARGOS ESPECIAIS	170.000,00		170.000,00
28.843.0000.0.000	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	170.000,00		170.000,00
28.843.2020.0.000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	170.000,00		170.000,00
28.843.2020.2.066	ENCARGOS ESPECIAIS	25.000,00		25.000,00
28.843.2020.2.067	ENCARGOS PRECATÓRIOS	10.000,00		10.000,00
28.843.2020.2.068	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL	135.000,00		135.000,00
SUBTOTAL		16.925.627,52	2.342.454,84	19.268.082,36

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

Av. Nascer do Sol, S/N - CEP 46.835-000
Centro
C.N.P.J. : 16.245.334/0001-65

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	PROJETO	TOTAL FIXADO
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		RESERVA		
99.000.0000.0.000	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			92.689,18
99.999.0000.0.000	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			92.689,18
99.999.9999.0.000	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			92.689,18
99.999.9999.9.001	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			92.689,18
SUBTOTAL		0,00	0,00	92.689,18

TOTAL GERAL		16.925.627,52	2.342.454,84	19.360.771,54
--------------------	--	----------------------	---------------------	----------------------

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Anexo II – Demonstrativo IX

Lei de diretrizes orçamentárias — LDO = Exercício 2016=

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Baseado nos pressupostos técnicos exigidos pelo art. 12 da Lei Complementar no. 101/00 e em conformidade com as orientações contidas no Volume I do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, estabelecido pela Portaria Nº 407, de 20 de junho de 2011, foram adotados critérios para que as estimativas de receitas do município de NOVA REDENÇÃO que contemplassem as perspectivas de arrecadação em suas diversas categorias e origens de recursos.

A composição da receita orçamentária segundo suas principais origens e fontes subdivide-se em: **RECEITAS PRÓPRIAS:** São as receitas enquadradas como Tributárias, Patrimoniais, de Serviços, etc que não sejam decorrentes de transações que guardem característica de transferências, mesmo que de outras esferas governamentais, como convênios e operações de créditos.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS: São os ingressos oriundos das transferências de outros entes, União e Estado, em observância ao dispositivo constitucional da repartição dos impostos a exemplo do FPM, IPI Exportações, ICMS e IPVA. Também constitui esse grupo de receitas as Transferências Voluntárias, mediante celebração formal de convênio atendendo a critérios preestabelecidos pelo Ente transferidor dos recursos, sobretudo, o disposto no art. 25 da LRF. Destacam-se ainda as transferências recebidas dos Fundos (Transferência Fundo a Fundo) instituídos pelos governos Federal e Estadual 'exemplo do FUNDEB, FNDE, FNS, FNAS e FIES.

Em atendimento ao disposto no Inciso II, §2, do art. 4º. da LRF, que determina a obrigatoriedade dos demonstrativos de metas anuais serem instruídos com a memória e a metodologia de cálculo para evidenciar como tais valores foram obtidos, apresenta-se a metodologia aplicada.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

2. PROJEÇÃO DA RECEITA

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas anuais para o período que compreende os anos de 2016, 2017 e 2018, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2012, 2013 e 2014, bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Para as receitas próprias foi utilizado o método estatístico de Curva de Tendência que permite efetuar projeções com base na série histórica das receitas arrecadadas, viabilizando estimativas mais realísticas, dentro da estabilidade histórica das informações estudadas.

As receitas de transferências, que representam a principal fonte de financiamento do Orçamento Municipal, tiveram suas projeções baseadas nas informações disponibilizadas pelos órgãos do Governo Federal e Estadual - STN, SEFAZ, FNDE, FNS, MEC - responsáveis pelos repasses.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utiliza-se para os anos de 2016, 2017 e 2018 respectivamente:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – **IPCA: 5,80%, 4,60% e 5,17%**;
- II. Produto Interno Bruto da União – **PIB União: 4,50%, 5,00% e 5,00%**;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – **PIB Estado: 4,20%, 4,50% e 4,10%**.

A aplicação dos métodos de projeção levam em consideração a oscilação das receitas que compreendem o período de 2012 à 2014, sendo aplicada nestas a correção com base no respectivo índice de preço. Além disso, a título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação.

Para as receitas que durante os três anos da série histórica se apresentaram com crescimento linear, foram aplicadas projeções estatísticas com base na tendência para o exercício a que se refere à LOA e para os dois subsequentes.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTE ANOS A QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO				
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES									
1100.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		12.641.853,92	13.529.397,30	15.126.988,63	17.361.924,85	18.063.514,38	18.803.638,21	19.584.929,67	
1110.00.00.00	IMPOSTOS		178.830,39	194.156,11	416.844,21	263.512,18	274.461,41	285.865,58	297.743,60	
1112.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RENDA		37.830,39	43.022,00	179.099,82	81.240,92	84.616,78	88.132,91	91.795,13	
1112.02.00.00	IPJU		6.000,00	6.122,61	89.718,79	5.207,75	5.424,43	5.650,12	5.885,18	
1112.02.00.00.00	IPJU - REC. LIVRE - 60%	00	3.360,00	3.428,66	50.242,52	2.916,34	3.037,68	3.164,07	3.295,70	
1112.02.00.00.01	IPJU - EDUCAÇÃO - 25%	01	1.620,00	1.653,10	24.224,07	1.406,09	1.464,60	1.525,53	1.589,00	
1112.02.00.00.02	IPJU - SAÚDE - 15%	02	1.020,00	1.040,84	15.252,19	885,32	922,15	960,52	1.000,48	
1112.04.00.00	IMPOSTO SINDICA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		29.330,39	34.267,75	88.270,40	70.825,42	73.768,22	76.833,29	80.025,71	
1112.04.21.00	IRRF - PESSOA JURÍDICA		7.330,39	9.666,80	-	8.332,40	8.678,61	9.039,21	9.414,79	
1112.04.21.00.00	IRRF - PESSOA JURÍDICA - 60%	00	4.105,02	5.413,41	-	4.666,14	4.860,02	5.061,96	5.272,28	
1112.04.21.00.01	IRRF - PESSOA JURÍDICA - 25%	01	1.979,21	2.610,04	-	2.249,75	2.343,23	2.440,59	2.541,99	
1112.04.21.00.02	IRRF - PESSOA JURÍDICA - 15%	02	1.246,17	1.643,36	-	1.416,51	1.475,36	1.526,67	1.600,51	
1112.04.31.00	IRRF SRENDIMENTOS DO TRABALHO		12.000,00	12.127,66	60.830,64	31.246,51	32.544,80	33.897,04	35.305,46	
1112.04.31.00.00	IRRF SRENDIMENTOS DO TRABALHO - REC. LIVRE - 60%	00	6.720,00	6.791,89	34.065,16	17.496,05	18.225,09	18.962,34	19.771,06	
1112.04.31.00.01	IRRF SRENDIMENTOS DO TRABALHO - EDUCAÇÃO - 25%	01	3.240,00	3.274,47	16.424,27	8.436,56	8.787,10	9.152,20	9.532,47	
1112.04.31.00.02	IRRF SRENDIMENTOS DO TRABALHO - SAÚDE - 15%	02	2.040,00	2.061,30	10.341,21	5.313,91	5.532,62	5.762,50	6.001,93	
1112.04.34.00	IRRF SOUTROS RENDIMENTOS PRESTACAO DE SERVIÇOS		10.000,00	12.473,29	27.439,76	31.246,51	32.544,80	33.897,04	35.305,46	
1112.04.34.00.00	IRRF SOUTROS RENDIMENTOS - REC. LIVRE - 60%	00	5.600,00	6.985,04	15.366,27	17.496,05	18.225,09	18.962,34	19.771,06	
1112.04.34.00.01	IRRF SOUTROS RENDIMENTOS - EDUCAÇÃO - 25%	01	2.700,00	3.367,79	7.498,74	8.436,56	8.787,10	9.152,20	9.532,47	
1112.04.34.00.02	IRRF SOUTROS RENDIMENTOS - SAÚDE - 15%	02	1.700,00	2.120,46	4.574,75	5.313,91	5.532,62	5.762,50	6.001,93	
1112.08.00.00	ITBI - IMPOSTO SI TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS		2.990,00	2.631,64	1.110,63	5.207,75	5.424,13	5.649,50	5.884,24	
1112.08.00.00.00	ITBI - IMPOSTO SI TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - REC. LIVRE - 60%	00	1.400,00	1.473,72	621,95	2.916,34	3.037,51	3.164,07	3.295,18	
1112.08.00.00.01	ITBI - IMPOSTO SI TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - EDUCAÇÃO - 25%	01	675,00	710,54	299,97	1.406,09	1.464,52	1.525,37	1.589,00	
1112.08.00.00.02	ITBI - IMPOSTO SI TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - SAÚDE - 15%	02	425,00	447,38	188,71	885,32	922,10	960,42	1.000,32	
1113.00.00.00	IMPOSTO SPRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		141.000,00	151.134,11	237.744,39	182.271,26	189.844,63	197.732,68	205.944,47	
1113.05.00.00	IMP - SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISON		140.000,00	149.963,31	235.156,83	177.063,51	184.420,50	192.083,17	200.064,23	
1113.05.00.00.00	IMP - SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISON - REC. LIVRE - 60%	00	78.400,00	83.878,33	131.482,82	99.155,57	103.275,48	107.566,58	112.035,97	
1113.05.00.00.01	IMP - SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISON - EDUCAÇÃO - 25%	01	37.800,00	40.489,55	63.492,34	47.807,15	49.793,53	51.862,46	54.017,34	
1113.05.00.00.02	IMP - SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISON - SAÚDE - 15%	02	23.800,00	25.495,42	39.976,66	30.100,80	31.351,48	32.454,14	34.010,92	
1113.06.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL		1.000,00	1.172,80	2.587,56	5.207,75	5.424,13	5.649,50	5.884,24	
1113.06.00.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL - REC. LIVRE - 60%	00	560,00	656,77	1.449,03	2.916,34	3.037,51	3.164,07	3.295,18	
1113.06.00.00.01	ISS - SIMPLES NACIONAL - EDUCAÇÃO - 25%	01	270,00	316,66	698,64	1.406,09	1.464,52	1.525,37	1.589,00	
1113.06.00.00.02	ISS - SIMPLES NACIONAL - SAÚDE - 15%	02	170,00	199,38	439,89	885,32	922,10	960,42	1.000,32	
1120.00.00.00	TAXAS		12.816,30	12.547,31	10.056,75	23.965,68	24.940,62	25.976,91	27.066,25	
1121.00.00.00	TAXAS DE EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		11.416,30	12.009,23	2.903,63	20.831,02	21.686,13	22.587,19	23.526,69	
1121.17.00.00.00	TAXA FISCALIZAÇÃO VIGILANCIA SANITARIA	00	230,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43	
1121.21.00.00.00	TAXA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	00	500,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43	
1121.23.00.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	00	500,00	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85	
1121.23.00.00.00	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORARIO	00	500,00	651,36	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85	
1121.28.00.00.00	TAXA DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO	00	4.000,00	4.354,56	2.503,63	8.332,40	8.678,61	9.039,21	9.414,79	
1121.28.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	00	500,00	1.974,54	-	2.073,10	2.159,24	2.248,95	2.342,40	
1121.29.00.00.00	TAXA DE LICENÇA PI EXECUÇÃO DE OBRAS	00	4.000,00	3.345,65	-	3.124,65	3.254,48	3.389,70	3.530,54	
1121.31.00.00.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	00	300,00	547,00	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85	
1121.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO	00	300,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43	
1121.34.00.00.00	TAXA DE AQUISIÇÃO DE EDITAL	00	30,00	30,00	-	520,78	542,42	564,96	588,43	
1121.34.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	00	500,00	1.108,12	-	2.083,10	2.169,65	2.259,80	2.353,70	
1122.00.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVIÇOS		1.400,00	538,08	7.953,12	3.124,66	3.254,49	3.389,71	3.530,66	
1122.28.00.00.00	TAXA DE CEMITERIOS	00	200,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43	

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTE ANOS QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1122.29.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	00	200,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43
1122.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.000,00	538,08	7.583,12	2.083,10	2.189,65	2.289,80	2.383,70
1122.99.01.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	00	500,00	538,08	7.553,12	2.083,10	2.169,65	2.259,80	2.353,70
1122.99.02.00.00	TAXA DE EXPEDIENTE	00	500,00	-	-	-	-	-	-
1500.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		27.124,28	38.070,48	57.307,32	62.131,48	64.713,04	67.401,87	70.202,42
1520.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		27.124,28	38.070,48	57.307,32	62.131,48	64.713,04	67.401,87	70.202,42
1525.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		27.124,28	38.070,48	57.307,32	62.131,48	64.713,04	67.401,87	70.202,42
1525.01.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		26.800,62	30.885,11	57.176,00	61.714,86	64.279,11	66.949,91	69.731,68
1525.01.01.00.00	APLICAÇÃO FINANCEIRA REC VINCULADOS ROYALTIES / CFRH	42	30,00	31,69	-	34,27	35,69	37,18	38,72
1525.02.01.00.00	APLICAÇÃO FINANCEIRA REC VINCULADOS FUNDEB		5.000,00	5.132,99	12.751,96	15.623,25	16.272,40	16.948,51	17.652,72
1525.02.01.00.00	APLICAÇÃO FINANCEIRA REC VINCULADOS FUNDEB - 60%	18	3.000,00	3.079,79	7.651,19	9.373,95	9.763,44	10.169,11	10.591,63
1525.02.01.00.00	APLICAÇÃO FINANCEIRA REC VINCULADOS FUNDEB - 40%	19	2.000,00	2.053,20	5.100,79	6.249,30	6.508,96	6.779,41	7.061,09
1525.01.03.00.00	REC REMUN DEP BANCÁRIOS REC VINC FUN SAUDE		1.000,00	1.413,38	8.167,65	10.416,60	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1525.01.03.01.00	APLIC. SAUDE RECURSOS DO SUS	14	1.000,00	1.413,38	8.167,65	10.416,60	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1525.01.11.00.00	REC. REMUN. DEP. BANCÁRIO REC. VINC. FMS	29	1.000,00	1.127,67	577,43	-	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1525.01.99.00.00	REC REMUN OUTROS DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC		19.870,62	23.179,48	35.679,86	34.600,29	36.037,93	37.533,31	39.094,90
1525.01.99.01.00	REC REMUN OUTROS DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC CONVENIO EDUC	22	15.000,00	18.912,06	-	5.000,00	5.207,75	5.424,13	5.649,50
1525.01.99.02.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC QSE	04	100,00	193,75	719,67	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1525.01.99.03.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC CIDE	16	10,00	0,08	0,15	20,83	21,70	22,60	23,54
1525.01.99.04.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC FIES	30	10,00	0,01	11.209,66	10.415,50	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1525.01.99.10.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC PARTE	22	250,62	-	-	-	-	-	-
1525.01.99.13.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC CONV. SAUDE	23	-	-	-	5.415,50	5.640,51	5.874,88	6.113,98
1525.01.99.14.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC FCBA	10	200,00	-	-	208,31	216,97	225,98	235,37
1525.01.99.15.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC FNDE	15	300,00	331,40	10.374,87	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1525.01.99.16.00	REC REMUN DEPOSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC MDE	01	1.000,00	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1525.01.99.99.00	OUTRAS REC REMUN OUTROS DEPOSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINCULADOS	94	3.000,00	3.752,38	13.376,51	10.415,50	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1525.02.00.00.00.00	REMUN DEPOSITOS RECURSOS NÃO VINCULADOS		223,66	7.185,37	130,62	416,62	433,93	451,96	470,74
1525.02.01.00.00.00	RECEITA REMUNERAÇÃO DEPOSITOS DE POUPANÇA		223,66	7.185,37	130,62	416,62	433,93	451,96	470,74
1525.02.01.01.00	RECEITA REMUNERAÇÃO DEPOSITOS FMS - SAUDE - 15%	02	23,66	6.798,12	77,35	208,31	216,97	225,98	235,37
1525.02.01.03.00	RECEITA REMUNERAÇÃO OUTROS DEPOSITOS BANC	00	200,00	387,25	-	208,31	216,97	225,98	235,37
1600.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		8.800,00	-	315,00	36.302,63	37.811,00	39.383,05	41.019,38
1600.05.00.00.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE		8.000,00	-	-	33.319,36	34.703,78	36.144,72	37.647,58
1600.05.01.00.00	SERVIÇOS HOSPITALARES	14	4.000,00	-	-	10.919,86	11.373,88	11.846,15	12.336,36
1600.05.04.00.00	SERVIÇOS AMBULATORIAIS	14	4.000,00	-	-	22.399,50	23.329,97	24.298,57	25.309,22
1600.13.00.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		800,00	-	315,00	2.983,27	3.107,22	3.236,33	3.370,80
1600.13.01.00.00	SERVIÇOS INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS	00	300,00	-	-	813,62	807,43	802,64	800,25
1600.13.02.00.00	SERVIÇOS DE VENDAS DE EDITIONS	00	300,00	-	315,00	1.084,83	1.129,90	1.176,85	1.225,75
1600.13.04.00.00	SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS	00	150,00	-	-	542,41	564,95	588,42	612,87
1600.13.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	00	150,00	-	-	542,41	564,95	588,42	612,87
1700.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.311.155,69	13.292.336,32	14.631.991,30	16.968.107,07	17.643.343,69	18.376.424,52	19.139.964,95
1720.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.311.155,69	13.292.336,32	14.631.991,30	16.968.107,07	17.643.343,69	18.376.424,52	19.139.964,95
1721.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		6.957.390,19	7.270.342,69	8.216.043,83	10.013.726,40	10.400.008,41	10.832.128,76	11.282.203,71
1721.01.00.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		5.202.681,38	6.482.963,31	5.816.958,60	6.788.139,22	7.037.273,42	7.329.672,13	7.634.220,41
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM		6.600.000,00	6.779.180,33	7.183.984,87	8.443.000,00	8.793.806,65	9.159.189,32	9.539.753,63
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - REC. LIVRE - 60%	00	3.640.000,00	3.796.340,98	4.033.031,53	4.738.080,00	4.924.531,72	5.129.146,02	5.342.262,03
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - EDUCAÇÃO - 25%	01	1.755.000,00	1.830.378,69	1.939.679,91	2.279.610,00	2.374.327,80	2.472.981,12	2.573.733,48
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - SAÚDE - 15%	02	1.105.000,00	1.152.460,66	1.231.273,43	1.435.310,00	1.494.947,13	1.557.062,18	1.631.758,12
9721.01.02.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM - FUNDEB	01	(1.300.000,00)	(1.298.270,95)	(1.375.773,74)	(1.640.000,00)	(1.758.761,33)	(1.831.837,86)	(1.907.950,73)
1721.01.05.00.00	TRANSF. IMP. SI/PROP. TERRITORIAL RURAL - ITR		3.226,72	2.567,35	3.434,27	2.674,02	2.785,13	2.900,85	3.021,38
1721.01.05.00.00	TRANSF. IMP. SI/PROP. TERRITORIAL RURAL - ITR - REC. LIVRE - 60%	00	1.808,86	1.437,72	1.923,19	1.497,45	1.559,67	1.624,48	1.691,97
1721.01.05.00.00	TRANSF. IMP. SI/PROP. TERRITORIAL RURAL - ITR - EDUCAÇÃO - 25%	01	871,21	693,38	927,25	721,99	751,98	783,23	815,77
1721.01.05.00.00	TRANSF. IMP. SI/PROP. TERRITORIAL RURAL - ITR - SAÚDE - 15%	02	548,64	436,25	583,83	454,58	473,47	493,14	513,63
9721.01.05.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA DA TRANSF. IMP. SI/PROP. TERRITORIAL RURAL - ITR	01	(645,34)	(513,40)	(686,80)	(634,80)	(657,03)	(680,17)	(706,28)

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTES ANOS QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1721.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		10.589,73	139.635,09	67.148,32	38.884,38	40.187,66	41.857,35	43.896,62
1721.09.01.00.00	FEX - AUXÍLIO FINANCEIRO	00	-	-	9.728,12	10.415,50	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1721.09.98.00.00	REN - FUNDO DE RENDIMENTOS	00	10.589,73	-	1.006,40	1.048,22	1.091,77	1.137,13	1.184,38
1721.09.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	00	-	139.635,09	46.413,80	27.120,66	28.247,52	29.421,21	30.643,66
1721.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA COMP. FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		136.635,84	96.354,27	107.256,60	109.262,75	113.906,77	118.639,60	123.569,07
1721.22.50.00.00	COTA PARTE ROYALTIES PARTICIPAÇÃO ESPECIAL LEI Nº 9.479/97	42	3.821,00	-	-	5.207,75	5.424,13	5.649,50	5.884,24
1721.22.70.00.00	COTA PARTE FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO-FEP	42	132.814,75	96.354,27	107.256,60	104.055,00	108.482,64	112.990,09	117.684,83
1721.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS		1.004.197,60	998.949,24	803.273,18	1.686.142,60	1.756.201,83	1.829.172,01	1.906.174,11
1721.33.52.00.00	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA		845.500,00	935.647,26	729.477,46	1.316.736,04	1.371.446,42	1.428.430,02	1.487.781,29
1721.33.52.01.00	PAB - FIXO	14	250.000,00	274.223,96	225.483,46	314.852,30	327.934,41	341.560,09	355.751,91
1721.33.52.03.00	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	14	350.000,00	363.630,00	212.345,00	380.139,45	403.433,40	420.196,06	437.655,21
1721.33.52.04.00	PAQS - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	14	100.000,00	118.436,00	718.064,00	301.757,66	314.526,94	327.380,22	340.990,16
1721.33.52.07.00	SAÚDE BUCAL	14	50.000,00	73.590,00	73.590,00	83.615,63	87.089,86	90.706,44	94.477,38
1721.33.52.11.00	COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS	14	5.000,00	7.467,30	-	52.077,50	54.241,32	56.495,05	58.842,42
1721.33.52.12.00	PSE	14	500,00	100,00	-	10.415,50	10.848,26	11.299,01	11.768,48
1721.33.52.13.00	PMQ - PROG. MELHORIA AC. ATENÇÃO BÁSICA - FONTE 014	14	90.000,00	98.000,00	-	166.648,00	173.572,22	180.784,15	188.295,73
1721.33.54.00.00	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		10.800,00	-	-	115.623,25	120.427,40	125.431,15	130.642,82
1721.33.54.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	14	10.800,00	-	-	115.623,25	120.427,40	125.431,15	130.642,82
1721.33.55.00.00	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		42.400,00	63.301,98	73.795,72	63.040,48	66.659,81	69.387,98	71.229,59
1721.33.55.07.00	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	14	40.800,00	63.301,98	73.795,72	68.660,38	70.396,68	72.142,93	73.999,51
1721.33.55.10.00	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	14	2.400,00	-	-	14.359,78	14.952,72	15.575,05	16.222,79
1721.33.51.00.00	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		96.297,60	-	-	49.496,33	61.662,90	63.694,93	65.925,95
1721.33.51.01.00	FARMÁCIA BÁSICA	14	36.148,80	-	-	49.496,33	51.552,90	53.694,93	55.925,95
1721.33.51.02.00	PROG. ASSIST. FARMACÉUTICA BÁSICA	14	60.148,80	-	-	-	-	-	-
1721.33.53.00.00	GESTÃO		10.000,00	-	-	141.246,50	147.115,29	153.227,93	159.596,55
1721.33.53.01.00.00	GESTÃO DO SUS	14	10.000,00	-	-	141.246,50	147.115,29	153.227,93	159.596,55
1721.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS		74.122,78	196.623,72	199.532,60	205.943,43	214.600,38	223.412,87	232.695,68
1721.34.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO		74.122,78	196.623,72	199.532,60	205.943,43	214.600,38	223.412,87	232.695,68
1721.34.01.01.00	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		-	77.937,76	136.140,00	134.359,85	139.942,61	145.757,22	151.813,43
1721.34.01.01.01	PROJETO ADOLESCENTE - PVBI	29	-	7.837,60	240,00	-	-	-	-
1721.34.01.01.02	PISO BÁSICO VARIÁVEL - SOFV	29	-	6.397,61	89.900,00	59.368,35	61.805,30	64.404,35	67.080,35
1721.34.01.01.03	PISO BÁSICO FIXO	29	-	64.632,55	86.000,00	74.991,60	78.107,50	81.352,87	84.733,08
1721.34.01.03.00	GESTÃO		32.169,94	20.877,42	53.392,60	71.583,48	74.557,77	77.655,65	80.882,24
1721.34.01.03.01	IGD SUS	29	17.169,94	4.500,00	53.392,60	18.747,90	19.526,86	20.318,22	21.163,27
1721.34.01.03.02	IGD BF	29	15.000,00	16.377,42	-	52.835,58	55.030,90	57.337,43	59.698,97
1721.34.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECURSOS FNAS		41.952,84	70.708,54	-	-	-	-	-
1721.34.99.01.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECURSOS FNAS	29	41.952,84	70.708,54	-	-	-	-	-
1721.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE		424.242,80	360.226,43	1.243.679,81	1.040.451,53	1.083.682,29	1.128.799,29	1.175.697,16
1721.35.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	04	150.000,00	169.368,68	213.716,16	275.719,12	287.175,25	299.107,38	311.525,29
1721.35.02.00.00	TRANSFERÊNCIA DO PODE	15	11.914,80	-	2.550,00	5.207,75	5.424,13	5.649,50	5.884,24
1721.35.03.00.00	TRANSFERÊNCIA DO PNAE FUNDAMENTAL	15	80.000,00	80.136,00	109.468,00	125.577,61	130.743,26	136.175,67	141.823,76
1721.35.04.00.00	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	15	30.000,00	36.443,28	29.579,94	38.446,01	40.043,44	41.707,25	43.440,18
1721.35.05.00.00	PNAC - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	15	6.888,00	-	18.848,00	20.784,63	21.963,55	23.213,09	24.553,04
1721.35.06.00.00	PNAP - PRÉ-ESCOLA PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	15	15.000,00	18.180,00	27.420,00	30.821,00	31.696,53	32.598,02	33.526,97
1721.35.07.00.00	PNAAE - ALIMENTAÇÃO ENSINO MÉDIO	15	2.000,00	-	4.500,00	2.603,88	2.712,07	2.824,76	2.942,13
1721.35.08.00.00	PNAEA	15	9.300,00	33.044,00	12.312,00	14.248,40	14.840,42	15.457,04	16.099,28
1721.35.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE		120.160,00	23.634,47	828.343,61	625.163,09	646.953,62	668.710,79	693.282,27
1721.35.99.01.00	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	15	150,00	288,88	128,40	167,17	174,12	181,35	188,89
1721.35.99.02.00	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO	15	15.000,00	16.305,59	16.940,80	21.730,38	22.633,28	23.573,69	24.553,18
1721.35.99.03.00	PNAAE - ALIMENTAÇÃO - MAIS EDUCAÇÃO	15	5.000,00	6.440,00	111.564,00	129.110,54	134.976,08	140.062,52	145.882,12
1721.35.99.05.00	BRASIL CARINHOSO TB	15	-	-	36.595,12	70.000,00	72.998,00	75.977,85	79.007,01
1721.35.99.07.00	PAR - PLANO DE AÇÃO ARTICULADA	15	100.000,00	-	-	663.141,29	304.155,00	316.752,64	329.665,00
1721.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO CMS L.C. Nº 87/96		6.000,00	6.645,83	6.493,56	8.332,40	8.679,61	9.039,21	9.414,79

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTE ANOS QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1721.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS L.C. Nº 87/96 - REC. LIVRE - 60%	00	2.800,00	3.833,50	3.436,39	4.646,14	4.860,02	5.061,96	5.272,28
1721.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS L.C. Nº 87/96 - EDUCAÇÃO - 25%	01	1.350,00	1.848,29	1.753,26	2.249,75	2.343,23	2.440,59	2.544,99
1721.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS L.C. Nº 87/96 - SAÚDE - 15%	02	850,00	1.163,74	1.103,91	1.416,51	1.475,36	1.536,67	1.600,51
9721.36.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - LEI COMP 87/96	01	(1.000,00)	(1.255,00)	(1.298,64)	(1.668,48)	(1.735,72)	(1.807,84)	(1.882,96)
1721.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		100.000,00	-	-	141.436,88	147.313,27	153.434,14	159.809,32
1721.99.02.00.00	APÓIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	00	100.000,00	-	-	141.436,88	147.313,27	153.434,14	159.809,32
1722.80.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS		1.253.765,40	1.398.863,64	1.371.600,61	1.548.652,45	1.612.998,96	1.680.019,06	1.749.823,85
1722.81.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS		1.198.765,40	1.336.348,89	1.307.577,20	1.415.438,20	1.474.249,65	1.535.504,73	1.599.334,95
1722.81.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS		1.400.000,00	1.459.669,25	1.482.876,37	1.626.490,00	1.694.060,24	1.764.448,45	1.837.761,28
1722.81.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - REC. LIVRE - 60%	00	784.000,00	817.414,78	830.410,77	910.828,80	948.673,74	988.091,13	1.029.146,32
1722.81.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - EDUCAÇÃO - 25%	01	378.000,00	394.110,70	400.376,62	439.149,60	457.396,27	476.401,08	496.195,55
1722.81.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - SAÚDE - 15%	02	238.000,00	248.143,77	252.088,98	276.501,60	290.956,24	310.417,42	327.481,98
9722.81.01.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO FUNDEB - ICMS	01	(280.000,00)	(284.423,89)	(296.834,24)	(325.296,00)	(338.812,05)	(352.849,69)	(367.552,26)
1722.81.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA		90.000,00	94.120,86	96.603,29	113.246,51	117.544,80	121.897,04	126.305,46
1722.81.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - REC. LIVRE - 60%	00	28.000,00	30.307,88	30.997,84	37.499,05	38.225,09	38.982,34	39.771,06
1722.81.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - EDUCAÇÃO - 25%	01	43.500,00	44.612,63	45.595,89	53.849,56	55.387,10	56.952,20	58.547,41
1722.81.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - SAÚDE - 15%	02	8.500,00	9.200,35	9.009,56	10.907,90	11.932,61	12.962,50	14.006,99
9722.81.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPVA	01	(10.000,00)	(8.397,31)	(8.200,99)	(8.249,30)	(8.508,58)	(8.779,41)	(9.061,05)
1722.81.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO		15.000,00	18.576,49	24.298,23	31.246,51	32.544,80	33.897,04	35.305,46
1722.81.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO - REC. LIVRE - 60%	00	8.400,00	10.402,95	13.607,01	17.498,05	18.225,09	18.982,34	19.771,06
1722.81.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO - EDUCAÇÃO - 25%	01	4.050,00	5.015,71	6.500,52	8.436,56	8.787,10	9.152,20	9.532,47
1722.81.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO - SAÚDE - 15%	02	2.550,00	3.158,04	4.190,70	5.311,91	5.532,61	5.762,50	6.001,93
9722.81.04.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	01	(1.234,00)	(1.234,80)	(4.859,65)	(6.249,30)	(6.508,58)	(6.779,41)	(7.061,05)
1723.31.13.00.00	COTA-PARTE DA CIDE	18	850,00	796,70	1.492,56	3.749,58	3.905,38	4.061,64	4.228,65
1722.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		56.600,00	62.514,65	42.420,30	65.613,00	68.235,69	71.070,77	74.023,77
1722.33.01.00.00	ATENÇÃO BÁSICA		56.600,00	62.514,65	42.420,30	65.613,00	68.235,69	71.070,77	74.023,77
1722.33.01.01.00	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF ESTADUAL	14	40.000,00	44.900,00	42.420,30	46.745,60	48.308,71	50.320,54	52.860,50
1722.33.01.02.00	TFD - TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	14	15.000,00	17.614,65	-	18.747,90	19.526,88	20.338,22	21.183,27
1722.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		-	-	21.603,11	67.700,75	70.813,72	73.443,56	76.495,14
1722.34.01.00.00	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		-	-	21.603,11	67.700,75	70.813,72	73.443,56	76.495,14
1722.34.01.01.00	PIBÓ BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	28	-	-	10.744,79	31.246,50	32.544,79	33.897,03	35.305,45
1722.34.01.01.03	PIBÓ BÁSICO FIXO	28	-	-	7.200,00	20.831,00	22.508,22	23.536,02	24.732,54
1722.34.01.01.04	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	28	-	-	3.658,32	15.673,25	16.272,40	16.948,51	17.652,72
1722.39.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS		24.500,00	107.300,99	63.061,63	60.910,20	63.024,40	65.643,06	68.370,53
1722.39.01.00.00	FUNDO DE INVESTIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FIES	30	20.000,00	21.141,67	-	31.246,50	32.544,79	33.897,03	35.305,45
1722.39.02.00.00	FUNDO DE CULTURA DA BAHIA - FCBA	10	4.500,00	4.975,13	5.081,39	5.200,75	5.414,13	5.640,55	5.881,24
1722.39.07.00.00	PROGRAMA PETE	22	-	-	57.978,24	24.055,95	25.055,47	26.096,53	27.180,84
1722.39.08.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - DIVERSAS	14	-	81.184,19	-	-	-	-	-
1724.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		4.100.000,00	4.363.105,77	5.037.946,85	5.405.728,22	5.630.338,23	5.864.276,70	6.107.937,39
1724.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 60%	18	1.800.000,00	1.930.997,91	2.319.886,29	2.444.840,02	2.567.254,12	2.673.923,53	2.785.005,05
1724.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 40%	19	1.200.000,00	1.287.331,94	1.548.590,86	1.643.226,68	1.711.502,75	1.782.615,69	1.856.683,37
1724.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE REC. DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - 80%	18	660.000,00	686.865,55	702.881,83	778.556,91	810.547,61	844.442,49	879.737,38
1724.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE REC. DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - 40%	19	440.000,00	457.910,17	468.587,88	519.064,61	540.631,74	563.054,99	586.491,59
1760.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		-	280.024,42	6.000,00	-	-	-	-
1761.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO UNIÃO E ENTIDADES		-	280.024,42	6.000,00	-	-	-	-
1761.99.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO		-	280.024,42	6.000,00	-	-	-	-
1761.99.17.00.00	MINISTÉRIO DAS CIDADES		-	280.024,42	6.000,00	-	-	-	-
1761.99.17.01.00	CONV. MINISTÉRIO DAS CIDADES	24	-	280.024,42	6.000,00	-	-	-	-
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.027,36	2.287,08	10.874,05	7.915,81	8.244,71	8.587,28	8.948,08

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTE ANOS QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA		1.060,12	639,99	700,00	2.187,28	2.278,16	2.372,82	2.471,41
1911.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		280,12	85,60	-	833,25	867,87	903,83	941,49
1911.38.00.00	MULTAS JUROS MORA SOBRE IPTU		100,00	94,40	-	520,77	542,41	564,95	588,42
1911.38.00.00	MULTAS JUROS MORA SOBRE IPTU - REC. LIVRE - 60%	00	58,00	52,84	-	291,63	303,75	316,37	329,51
1911.38.00.00	MULTAS JUROS MORA SOBRE IPTU - EDUCAÇÃO - 25%	01	27,00	25,49	-	140,63	146,45	152,54	158,87
1911.38.00.00	MULTAS JUROS MORA SOBRE IPTU - SAÚDE - 15%	02	17,00	16,85	-	88,53	92,21	96,04	100,00
1911.39.00.00	MULTAS JUROS MORA SOBRE ITBI		45,63	1,30	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1911.40.00.00	MULTAS JUROS MORA SI/ISS		4,49	-	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1911.40.00.00	MULTAS JUROS MORA SI/ISS - REC. LIVRE - 60%	00	2,51	-	-	58,33	60,75	63,28	65,91
1911.40.00.00	MULTAS JUROS MORA SI/ISS - EDUCAÇÃO - 25%	01	1,21	-	-	28,12	29,29	30,51	31,78
1911.40.00.00	MULTAS JUROS MORA SI/ISS - SAÚDE - 15%	02	0,76	-	-	17,71	18,44	19,21	20,01
1911.99.00.00	MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS		100,00	-	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1911.99.01.00	MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS		100,00	-	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1911.99.01.00	MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS - REC. LIVRE - 60%	00	58,00	-	-	58,33	60,75	63,28	65,91
1911.99.01.00	MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS - EDUCAÇÃO - 25%	01	27,00	-	-	28,12	29,29	30,51	31,78
1911.99.01.00	MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS - SAÚDE - 15%	02	17,00	-	-	17,73	18,44	19,21	20,01
1913.00.00.00	MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS		110,00	44,39	-	312,48	326,48	338,99	353,07
1913.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU		100,00	33,76	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1913.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - REC. LIVRE - 60%	00	58,00	18,91	-	58,33	60,75	63,28	65,91
1913.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - EDUCAÇÃO - 25%	01	27,00	9,12	-	28,12	29,29	30,51	31,78
1913.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - SAÚDE - 15%	02	17,00	5,74	-	17,71	18,44	19,21	20,01
1913.12.00.00	MULTAS E JUROS MORA DÍVIDA DO ITBI		544,33	-	-	104,16	108,49	113,00	117,69
1913.99.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		10,00	10,63	-	206,32	216,98	226,99	236,38
1913.99.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - REC. LIVRE - 60%	00	5,60	5,95	-	116,66	121,51	126,55	131,81
1913.99.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - EDUCAÇÃO - 25%	01	2,70	2,87	-	56,25	58,58	61,02	63,55
1913.99.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - SAÚDE - 15%	02	1,70	1,81	-	35,41	36,89	38,42	40,01
1918.99.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		200,00	-	-	-	-	-	-
1919.99.00.00	OUTRAS MULTAS		500,00	500,00	700,00	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1919.99.01.00	MULTAS TCM	00	500,00	500,00	700,00	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1920.00.00.00	INDENIZACIONES E RESTITUÇÕES		367,24	550,00	10.174,05	2.083,10	2.169,65	2.259,80	2.353,70
1921.00.00.00	INDENIZACIONES		-	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZACIONES		-	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1921.99.01.00	OUTRAS INDENIZACIONES	00	-	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1922.00.00.00	RESTITUÇÕES		367,24	550,00	10.174,05	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1922.99.00.00	OUTRAS RESTITUÇÕES	00	367,24	550,00	10.174,05	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.100,00	531,69	-	3.124,65	3.254,48	3.389,70	3.530,54
1931.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		1.100,00	531,69	-	3.124,65	3.254,48	3.389,70	3.530,54

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUITES AQUELE A QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1931.11.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU		300,00	336,69	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1931.11.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - REC. LIVRE - 60%	00	188,00	188,55	-	583,27	607,50	632,74	659,04
1931.11.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - EDUCAÇÃO - 25%	01	81,00	90,91	-	281,22	292,90	305,07	317,75
1931.11.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU - SAÚDE - 15%	02	51,00	57,24	-	177,06	184,42	192,08	200,06
1931.12.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	00	200,00	-	-	520,78	542,42	564,96	588,43
1931.13.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS		200,00	-	-	520,77	542,41	564,95	588,42
1931.13.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS - REC. LIVRE - 60%	00	120,00	-	-	291,63	303,75	316,37	329,51
1931.13.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS - EDUCAÇÃO - 25%	01	50,00	-	-	140,61	146,45	152,54	158,87
1931.13.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS - SAÚDE - 15%	02	30,00	-	-	88,53	92,21	96,04	100,03
1931.99.01.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS		400,00	195,00	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1931.99.01.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTRAS TAXAS		400,00	195,00	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1931.99.01.01.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS		300,00	-	-	1.041,55	1.084,83	1.129,90	1.176,85
1931.99.01.01.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - REC. LIVRE - 60%	00	188,00	-	-	583,27	607,50	632,74	659,04
1931.99.01.01.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO - 25%	01	81,00	-	-	281,22	292,90	305,07	317,75
1931.99.01.01.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - SAÚDE - 15%	02	51,00	-	-	177,06	184,42	192,08	200,06
1931.99.11.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	00	100,00	195,00	-	520,78	542,42	564,96	588,43
1990.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	555,40	-	520,78	542,42	564,96	588,43
1990.00.01.00.00	OUTRAS RECEITAS	00	500,00	555,40	-	520,78	542,42	564,96	588,43
2000.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		10.800,00	363.271,27	498.800,00	1.315.197,44	1.307.257,15	1.361.873,69	1.418.147,08
2200.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		10.800,00	-	-	20.831,00	21.696,63	22.598,02	23.536,97
2210.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	-	-	10.415,50	10.848,28	11.299,01	11.768,48
2218.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	92	5.000,00	-	-	10.415,50	10.848,28	11.299,01	11.768,48
2220.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		5.800,00	-	-	10.415,50	10.848,28	11.299,01	11.768,48
2226.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	92	5.800,00	-	-	10.415,50	10.848,28	11.299,01	11.768,48
2400.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		-	363.271,27	498.800,00	1.284.276,44	1.288.560,63	1.338.975,67	1.384.610,11
2420.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		-	-	244.800,00	359.126,44	374.048,14	389.589,84	405.777,30
2421.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	-	-	244.800,00	359.126,44	374.048,14	389.589,84	405.777,30
2421.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	-	-	-	244.800,00	359.126,44	374.048,14	389.589,84	405.777,30
1721.33.05.00.00	INVESTIMENTO	-	-	-	244.800,00	359.126,44	374.048,14	389.589,84	405.777,30
1721.33.05.04.00	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DA ACADÊMIA DE SAÚDE-AMPLIADA	14	-	-	-	104.155,00	108.492,64	112.990,00	117.684,83
1721.33.05.05.00	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS'S	14	-	-	-	244.800,00	250.645,28	270.599,79	288.092,47
2470.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		-	363.271,27	245.000,00	935.150,00	911.512,48	949.385,63	988.832,81
2471.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO UNIÃO ENTIDADES	-	-	363.271,27	245.000,00	935.150,00	911.512,48	949.385,63	988.832,81
2471.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO UNIÃO PARA O SUS	-	-	178.586,00	-	120.860,00	124.886,00	130.179,17	135.588,11
2471.01.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO UNIÃO SAÚDE	23	-	178.586,00	-	120.860,00	124.886,00	130.179,17	135.588,11
2471.01.03.00.00	CONSTRUÇÃO POSTO DE SAÚDE - PLANÇA	23	-	178.586,00	-	120.860,00	124.886,00	130.179,17	135.588,11
2471.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIÃO PARA PROG DE EDUCAÇÃO	-	-	-	-	120.860,00	124.886,00	130.179,17	135.588,11
2471.02.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIÃO EDUCAÇÃO	-	-	-	-	120.860,00	124.886,00	130.179,17	135.588,11
2471.03.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	-	-	184.675,27	245.000,00	685.150,00	661.540,48	689.027,49	717.656,58
2471.03.15.00.00	MINISTÉRIO DO ESPORTE	-	-	184.675,27	-	303.780,00	283.877,81	264.426,44	278.413,35
2471.03.15.01.00	CONV. 036672/11 - CAMP	24	-	-	-	-	-	-	-
2471.03.15.02.00	CONV. 036972/11 - CNST - CAMP	24	-	-	-	-	-	-	-
2471.03.15.05.00	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	24	-	184.675,27	-	303.780,00	283.877,81	264.426,44	278.413,35
2471.03.15.05.01	CONV. 0314278-88/2009 QUADRAS POLIESPORTIVAS	24	-	-	-	303.780,00	283.877,81	264.426,44	278.413,35
2471.03.15.05.02	CONV CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	24	-	-	-	40.000,00	-	-	-
2471.03.15.06.00	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESPORTE E LAZER CAMPUS II	24	-	-	-	243.750,00	253.877,81	264.426,44	278.413,35
2471.03.17.00.00	MINISTÉRIO DO TURISMO	-	-	-	-	-	-	-	-
2471.03.17.01.00	CONV. CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA FESTA DO VAQUEIRO	24	-	-	-	243.750,00	253.877,81	264.426,44	278.413,35
2471.03.18.00.00	MINISTÉRIO DAS CIDADES	-	-	-	-	245.000,00	147.650,00	153.784,86	160.174,62
2471.03.18.03.00	CONV. PAV. A PARALELEPIPEDO	24	-	-	-	245.000,00	147.650,00	153.784,86	160.174,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			12.541.853,92	13.529.397,30	15.126.988,63	17.361.924,85	16.063.914,38	16.803.638,21	19.584.929,67
TOTAL GERAL			12.541.853,92	13.892.688,57	16.616.788,63	18.677.832,28	19.360.771,84	20.165.211,89	21.803.076,75

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTES ANOS A QUE SE REFERIREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO			
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018

DENOMINAÇÃO
Fonte 000
Fonte 001
RECEITA TRIBUTÁRIA (25%)
TRANSFERÊNCIA (25%)
EDUCAÇÃO
FUNDE EDUCACAO
Fonte 002
SUS SAUDE
Fonte 003
Fonte 004
S - EDUCACAO
S - SAUDE
S - OUTROS
Fonte 005
Fonte 006
Fonte 007
Fonte 008
Fonte 009
Fonte 010
Fonte 011
Fonte 012
RECEITA TRIBUTÁRIA (15%)
TRANSFERÊNCIA (15%)
Fonte 013 - FUNDEB
TOTAL GERAL

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTES ANOS QUE SE REFEREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO		ET	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	REALIZADO 2014	PROJEÇÃO			
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO					2015	2016	2017	2018
000	RECURSOS ORDINÁRIOS		4.692.213,06	4.923.112,55	5.210.586,78	6.041.115,34	6.292.113,44	6.553.550,92	6.825.851,13
001	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - 25% EDUCAÇÃO		609.472,29	695.114,75	795.910,34	811.782,67	815.723,99	849.817,40	884.919,09
002	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - 15% SAÚDE		1.380.058,83	1.454.449,69	1.556.046,27	1.709.933,93	1.834.472,32	1.920.080,95	1.999.847,55
003	CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		-	-	-	-	-	-	-
004	SALÁRIO EDUCADOR		150.100,00	169.552,43	214.435,83	276.760,67	288.260,08	300.237,28	312.712,14
010	FCBA		4.700,00	4.975,13	5.083,39	5.416,06	5.641,10	5.875,48	6.119,61
014	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS SUB		1.088.197,60	1.144.061,46	1.098.661,03	2.154.517,40	2.244.037,60	2.337.277,36	2.434.391,23
015	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINE		275.562,40	311.130,15	1.039.338,34	795.773,96	707.501,87	830.731,81	895.248,72
016	CIDE - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		510,00	736,78	1.492,71	3.770,41	3.927,07	4.090,24	4.260,19
018	TRANSFERÊNCIAS FUNDEB - APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS MAGISTERIOS		2.463.000,00	2.820.943,28	3.030.419,29	3.252.810,88	3.387.988,17	3.526.735,13	3.675.354,07
019	TRANSFERÊNCIAS FUNDEB - APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		1.642.000,00	1.747.295,50	2.020.279,53	2.168.540,59	2.258.643,45	2.352.499,08	2.450.236,05
022	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - EDUCAÇÃO		15.250,62	18.912,06	57.978,24	140.055,95	155.249,22	161.699,83	168.419,46
023	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - SAÚDE		-	179.536,00	-	124.415,50	130.608,51	136.054,05	141.707,09
024	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - OUTROS		-	434.699,69	251.000,00	695.150,00	661.540,49	669.027,49	717.656,58
028	FEAS		-	-	21.603,11	67.700,75	70.613,72	73.443,66	76.295,14
029	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FNAS		75.122,78	167.751,39	190.110,03	206.984,98	215.585,21	224.542,77	233.872,52
030	FIES - FUNDO DE INVESTIMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS		20.010,00	21.141,68	11.208,66	41.662,00	43.393,06	45.196,04	47.073,93
042	ROYALTES/FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO/COMPANHIA FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO		136.662,84	96.303,99	107.256,60	108.399,02	113.942,47	118.676,78	123.602,92
050	RECEITAS PRÓPRIAS DE ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		-	-	-	-	-	-	-
090	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNOS		-	-	-	-	-	-	-
091	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNOS		-	-	-	-	-	-	-
092	ALIEZAÇÃO DE BENS		10.000,00	-	-	20.831,00	21.696,53	22.598,02	23.536,97
093	OUTRAS RECEITAS NÃO PRIMARIAS		3.000,00	3.752,19	13.376,51	10.416,50	11.299,01	11.768,48	11.768,48
094	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS		-	-	-	-	-	-	-
			12.551.853,92	13.892.686,27	15.816.788,83	18.677.632,29	19.360.771,54	20.165.211,89	21.003.076,75

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTES ANOS QUE SE REFERIREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ET	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO				
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
			2015							
0	OURO		#####							
6			#####							
7			#####							
8			#####							
9			#####							
1	GDR		#####							
2	GDR		#####							
P	PRIMARIO		#####							
F	FINANCEIRO		#####							
0000	OUTROS RECURSOS ORDINARIOS		#####							
0010	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - 25% EDUCAÇÃO		#####							
0020	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - 15% SAÚDE		#####							
0030	CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		#####							
0040	SALÁRIO EDUCAÇÃO		#####							

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEQUINTE ANOS QUE SE REFERIREM (LDO)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	FT	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	PROJEÇÃO				
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
0100	FCBA	#####								
0140	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS SUS	#####								
0150	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FIDE	#####								
0160	CIDE - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	#####								
0180	TRANSFERÊNCIAS FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS MAGISTÉRIOS)	#####								
0190	TRANSFERÊNCIAS FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO)	#####								
0221	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - EDUCAÇÃO	-								
0222		-								
0223		-								
0224		-								
0225		-								
0226		-								
0227		-								
0228		-								
0229		-								
0231	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - SAÚDE	-								
0232		-								
0233		-								
0234		-								
0235		-								
0236		-								
0237	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO - OUTROS	-								
0238		-								
0239		-								
0241		-								
0242		-								
0243		-								
0244		-								
0245		-								
0246		-								
0247		-								
0248		-								
0249		-								
0250		-								
0251		-								
0252		-								
0253		-								
0280	FEAS	#####								
0290	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FNAS	#####								
0300	FIES - FUNDO DE INVESTIMENTOS ECONÓMICOS E SOCIAIS	#####								
0420	ROYALTYES FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO/COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	#####								
0500	RECEITAS PRÓPRIAS DE ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-								
0900	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERIORS	-								
0910	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERIORS	-								
0920	ALENAÇÃO DE BENS	#####								
0930	OUTRAS RECEITAS NÃO PRIMARIAS	-								
0940	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	#####								
TOTAL		#####								

Prefeitura Municipal de Nova Redenção

Município	NOVA REDENÇÃO
Endereço	
CNPJ	
Lei	LDO
ANO	2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO XIV: ESTIMATIVA DA RECEITA POR FONTE DE RECURSO (2016-2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTIMATIVA DA RECEITA (2016 - 2018)

NATUREZA	RECEITA ESTIMADA			
	2016	2017	2018	TOTAL
000 RECURSOS ORDINÁRIOS	6.292.113,44	6.553.550,92	6.825.851,13	19.671.515,48
001 25% - EDUCAÇÃO	815.723,99	849.617,40	884.919,09	2.550.260,48
002 15% - SAÚDE	1.843.472,32	1.920.068,65	1.999.847,55	5.763.388,52
004 SALÁRIO EDUCAÇÃO	288.260,08	300.237,28	312.712,14	901.209,50
010 FCBA	5.641,10	5.875,48	6.119,61	17.636,19
014 RECURSOS SUS	2.244.037,60	2.337.277,36	2.434.391,23	7.015.706,19
015 RECURSOS FNDE	797.591,87	830.731,81	865.248,72	2.493.572,40
016 RECURSOS CIDE	3.927,07	4.090,24	4.260,19	12.277,50
018 FUNDEB 60%	3.387.965,17	3.528.735,13	3.675.354,07	10.592.054,37
019 FUNDEB 40%	2.258.643,45	2.352.490,08	2.450.236,05	7.061.369,58
022 TRANSF. CONV.-EDUC	155.249,22	161.699,83	168.418,46	485.367,51
023 CONVÊNIO - SAÚDE	130.626,51	136.054,05	141.707,09	408.387,65
024 TRANSF. CONV.-OUTROS	661.540,48	689.027,49	717.656,58	2.068.224,55
029 RECURSOS FNAS	70.513,72	73.443,56	76.495,14	220.452,42
028 RECURSOS FEAS	215.585,21	224.542,77	233.872,52	674.000,50
030 RECURSOS FIES	43.393,06	45.196,04	47.073,93	135.663,03
042 ROYALTIES / FUND. ESP/ COMPENS.	113.942,47	118.676,78	123.607,80	356.227,04
092 ALIENAÇÃO DE BENS	21.696,53	22.598,02	23.536,97	67.831,51
094 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	10.848,26	11.299,01	11.768,48	33.915,76
TOTAL DA RECEITA	19.360.771,54	20.165.211,89	21.003.076,75	60.529.060,18

Total de Recursos Orçamentários - LDO2016

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO XIX: LIMITES CONSTITUCIONAIS - LEGISLATIVO

PREFEITURA DE NOVA REDENÇÃO
LIMITE DE DESPESAS DO LEGISLATIVO

Emenda Constitucional nº 58/2009

RECEITA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA		
	2015	2016	2017
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)	291.529,92	303.632,87	316.249,12
IMPOSTOS	263.512,18	274.461,41	285.865,58
IPTU	5.207,75	5.424,43	5.650,12
IRRF	70.825,42	73.768,22	76.833,29
ITBI	5.207,75	5.424,13	5.649,50
ISS	182.271,26	189.844,63	197.732,68
TAXAS	23.955,68	24.940,62	25.976,91
Taxas p/ Exercício do Poder de Polícia	20.831,02	21.686,13	22.587,19
Taxas pela Prestação de Serviços	3.124,66	3.254,49	3.389,71
Receita da Dívida Ativa Tributária	3.124,65	3.254,48	3.389,70
Multas e Juros de Mora - Tributária	833,25	867,87	903,93
Multas e Juros da Mora Div Ativa Tributária	104,16	108,49	113,00
Cota-Parte do CIDE	3.749,58	3.905,38	4.067,64
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	16.968.107,07	17.643.343,59	18.376.424,52
Cota-Parte do FPM	8.443.000,00	8.793.806,65	9.159.189,32
Cota-Parte do ITR	2.674,02	2.785,13	2.900,85
ICMS - LC nº 87/96	8.332,40	8.678,61	9.039,21
Cota-Parte do ICMS	1.626.480,00	1.694.060,24	1.764.448,45
Cota-Parte do IPVA	31.246,51	32.544,80	33.897,04
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	31.246,51	32.544,80	33.897,04
TOTAL DAS RECEITAS (III)=(I) + (II)	17.263.386,57	17.950.881,84	18.696.741,28

DESPESA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA		
	2016	2017	2018
Valor Orçado para Repasse	1.208.437,06	1.256.561,73	1.308.771,89
LIMITE MAXIMO DO REPASSE (IV) = (III * (5% a 8%))	1.208.437,06	1.256.561,73	1.308.771,89

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
REDEÇÃO

ANEXO XX: LIMITES CONSTITUCIONAIS - EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE NOVA REDEÇÃO
LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO

Constituição Federal, artigo 212 / Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/96

RECEITA

DENOMINAÇÃO	VALOR A SER APLICADO		
	2016	2017	2018
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)	278.692,25	290.272,21	302.333,32
IMPOSTOS	274.461,41	285.865,58	297.743,60
IPTU	5.424,43	5.650,12	5.885,18
IRRF	73.768,22	76.833,29	80.025,71
ITBI	5.424,13	5.649,50	5.884,24
ISS	189.844,63	197.732,68	205.948,47
Rec.Divida Ativa e MJuros de Impostos	4.230,84	4.406,63	4.589,73
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	17.643.343,59	18.376.424,52	19.139.964,95
Cota-Parte do FPM	8.793.806,65	9.159.189,32	9.539.753,63
Cota-Parte do ITR	2.785,13	2.900,85	3.021,38
ICMS - LC nº 87/96	8.678,61	9.039,21	9.414,79
Cota-Parte do ICMS	1.694.060,24	1.764.448,45	1.837.761,28
Cota-Parte do IPVA	32.544,80	33.897,04	35.305,46
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	32.544,80	33.897,04	35.305,46
(-) Deduções para formação do FUNDEB (III)	(2.112.884,05)	(2.200.674,38)	(2.292.112,40)
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS (IV)	5.630.336,23	5.864.276,70	6.107.937,39
Transferências do FUNDEB	4.278.756,87	4.456.539,22	4.641.708,42
Complementação FUNDEB	1.351.579,36	1.407.737,48	1.466.228,97
Outras Transferências Governamentais	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V)=(I + II - III + IV)	21.439.488,02	22.330.299,05	23.258.123,27
DESPESA			
DENOMINAÇÃO	VALOR A SER APLICADO		
	2016	2017	2018
Valor Orçado para Educação (27% Impostos, Transf.DividaAtiva)	4.838.949,68	5.040.008,12	5.249.420,53
(-) Dedução Para Formação do FUNDEB (III)	(2.112.884,05)	(2.200.674,38)	(2.292.112,40)
Valor Líquido Orçado p/Educação ... FONTE 001	2.726.065,63	2.839.333,74	2.957.308,13
(+) Transferências Multigovernamentais (IV) ... FONTE 018/019	5.630.336,23	5.864.276,70	6.107.937,39
(+) Remuneração Depositos Bancários - Fonte 018/019	16.272,40	16.948,51	17.652,72
(+) Despesa Vinculada ... FONTE 004	288.260,08	300.237,28	312.712,14
(+) Despesa Vinculada ... FONTE 015	797.591,87	830.731,81	865.248,72
(+) Despesa Vinculada ... FONTE 022	155.249,22	161.699,83	168.418,46
TOTAL ORÇADO PARA A EDUCAÇÃO	9.613.775,43	10.013.227,88	10.429.277,58
Valor Orçado para Manutenção da Educação Básica (40% FUNDEB)			
LIMITE MÁXIMO (40%*IV)	2.252.134,49	2.345.710,68	2.443.174,96
Valor Orçado Folha do Ensino Básico (60% FUNDEB)			
LIMITE MÍNIMO (60%*IV)	3.378.201,74	3.518.566,02	3.664.762,44
TOTAL ORÇADO PARA O FUNDEB	5.646.608,62	5.881.225,21	6.125.590,12
ORÇADO MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (EXCLUINDO FUNDEB) = FONTE 001	815.723,99	849.617,40	884.919,09

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO XXI: LIMITES CONSTITUCIONAIS - SAÚDE

PREFEITURA DE NOVA REDENÇÃO
LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE

Emenda Constitucional nº 29/00

RECEITA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA		
	2016	2017	2018
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)	278.692,25	290.272,21	302.333,32
IMPOSTOS	274.461,41	285.865,58	297.743,60
IPU	5.424,43	5.650,12	5.885,18
IRRF	73.768,22	76.833,29	80.025,71
ITBI	5.424,13	5.649,50	5.884,24
ISS	189.844,63	197.732,68	205.948,47
Rec.Divida Ativa e MJuros de Impostos	4.230,84	4.406,63	4.589,73
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	10.564.420,24	11.003.371,90	11.460.562,00
Cota-Parte do FPM	8.793.806,65	9.159.189,32	9.539.753,63
Cota-Parte do ITR	2.785,13	2.900,85	3.021,38
ICMS - LC nº 87/96	8.678,61	9.039,21	9.414,79
Cota-Parte do ICMS	1.694.060,24	1.764.448,45	1.837.761,28
Cota-Parte do IPVA	32.544,80	33.897,04	35.305,46
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	32.544,80	33.897,04	35.305,46
Transferência de Recursos do SUS (III)	1.756.201,83	1.829.172,01	1.905.174,11
TOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I) + (II)	10.843.112,49	11.293.644,11	11.762.895,33

DESPESA

DENOMINAÇÃO	VALOR A SER APLICADO		
	2016	2017	2018
Valor Orçado para SAÚDE (Receita) ... FONTE 002	1.843.472,32	1.920.068,65	1.999.847,55
(+) REPASSES DO SUS ... FONTE 014	2.244.037,60	2.337.277,36	2.434.391,23
(+) CONVÊNIOS ... FONTE 023	130.626,51	136.054,05	141.707,09
TOTAL ORÇADO PARA A SAÚDE	4.218.136,43	4.393.400,05	4.575.945,88

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO I

ESPECIFICAÇÃO	METAS ANUAIS 2016								
	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	18.677.032	17.653.150	0,010	19.360.772	17.494.652	0,009	20.165.212	17.325.811	0,009
Receitas Primárias (I)	18.594.070	17.574.735	0,009	19.274.362	17.416.571	0,009	20.075.212	17.248.483	0,009
Despesa Total	18.677.032	17.653.150	0,010	19.360.772	17.494.652	0,009	20.165.212	17.325.811	0,009
Despesas Primárias (II)	17.487.263	16.528.604	0,009	18.111.514	16.365.806	0,009	18.853.491	16.198.789	0,008
Resultado Primário (I - II)	1.106.807	1.046.131	0,001	1.162.848	1.050.765	0,001	1.221.721	1.049.694	0,001
Resultado Nominal	259.476	245.251	0,000	267.260	241.500	0,000	275.278	236.517	0,000
Dívida Pública Consolidada	10.593.739	10.012.986	0,005	10.911.551	9.859.823	0,005	11.238.897	9.656.383	0,005
Dívida Consolidada Líquida	8.649.193	8.175.040	0,004	8.908.668	8.049.992	0,004	9.175.928	7.883.894	0,004

FONTE: SEPLAN/ SEII/ IPEA/ IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE Outras/SNIPC)

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
*PIB real do Estado (crescimento % anual)	4,20%	4,50%	4,10%
*Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	5,80%	4,60%	5,17%
**Projeção do PIB do Estado - R\$	195.843.396.600,00	211.510.888.328,00	229.764.256.264,71

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II - DEMONSTRATIVO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

(Art. 4º, § 2º, I da L.C. 101/00)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2016

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	27.000.870	0,014	15.616.789	0,008	(11.384.081)	(42,16)
Receitas Primárias (I)	26.923.280	0,014	15.559.481	0,008	(11.363.799)	(42,21)
Despesa Total	27.000.870	0,014	15.616.789	0,008	(11.384.081)	(42,16)
Despesas Primárias (II)	26.691.170	0,014	14.674.151	0,007	(12.017.019)	(45,02)
Resultado Primário (I-II)	232.110	0,000	885.330	0,000	653.220	281,43
Resultado Nominal	(587.064)	0,000	(617.962)	0,000	(30.898)	5,26
Dívida Pública Consolidada	9.770.924	0,005	10.285.183	0,005	514.259	5,26
Dívida Consolidada Líquida*	8.097.197	0,004	8.523.365	0,004	426.168	5,26

FONTE: SEPLAN/SEI/IBGE

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
PIB Estadual Realizado para o exercício de 2013	192.003.330.000
PIB Estadual Projetado para o exercício de 2014	195.843.396.600

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101, § 2º, inciso I:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção

PIB 2005*	Projeção do PIB LDO's do Estado							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
96.472.276.209,1	159.869.000.000,00	186.411.000.000,00	192.003.330.000,00	195.843.396.600,00	211.510.868.328,00	229.764.256.284,71	248.903.618.611,56	269.637.290.258,56
Projeção do PIB LDO's do Estado (%)**	4,3	4	4	3,9	3,5	4,3	4	4
IGPM	4,33	4,33	4,33	4,76	4,5	4,33	4,33	4,33
taxa de inflação***	6,50%	5,84%	5,91%	5,30%	5,00%	4,50%	5,00%	5,00%

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO III
(Art. 4º, § 2º, II da L.C. 101/90)

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	13.892.669	15.616.789	12,41	18.677.032	19,60	19.360.772	3,66	20.165.212	4,16	21.003.077	4,16	
Receitas Primárias (I)	13.854.598	15.559.481	12,31	18.594.070	19,50	19.274.362	3,66	20.075.212	4,16	20.909.337	4,16	
Despesa Total	13.892.669	15.616.789	12,41	18.677.032	19,60	19.360.772	3,66	20.165.212	4,16	21.003.077	4,16	
Despesas Primárias (II)	12.994.919	14.674.151	12,92	17.487.263	19,17	18.111.514	3,57	18.853.491	4,10	19.623.770	4,10	
Resultado Primário (I - II)	859.680	885.330	2,98	1.106.807	25,02	1.162.848	5,06	1.221.721	5,06	1.283.567	5,06	
Resultado Nominal	1.650.194	(592.051)	(135,88)	125.827	(121,25)	259.476	106,22	267.260	3,00	275.278	3,00	
Dívida Pública Consolidada	9.863.774	10.285.183	4,27	10.593.739	3,00	10.911.551	3,00	11.238.897	3,00	11.576.064	3,00	
Dívida Consolidada Líquida*	9.115.416	8.523.365	(6,50)	8.649.193	1,48	8.908.698	3,00	9.175.928	3,00	9.451.206	3,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	15.360.429	16.397.628	6,75	18.677.032	13,90	18.527.054	(0,80)	18.377.956	(0,80)	18.230.057	(0,80)	
Receitas Primárias (I)	15.318.336	16.337.455	6,65	18.594.070	13,81	18.444.366	(0,81)	18.295.933	(0,80)	18.148.694	(0,80)	
Despesa Total	15.360.429	16.397.628	6,75	18.677.032	13,90	18.527.054	(0,80)	18.377.956	(0,80)	18.230.057	(0,80)	
Despesas Primárias (II)	14.367.832	15.407.597	7,24	17.487.263	13,50	17.331.592	(0,89)	17.182.494	(0,86)	17.034.595	(0,86)	
Resultado Primário (I - II)	950.505	929.597	(2,20)	1.106.807	19,06	1.112.773	0,54	1.113.439	0,06	1.114.099	0,06	
Resultado Nominal	1.824.537	(621.654)	(134,07)	125.827	(120,24)	248.302	97,34	243.573	(1,90)	238.933	(1,90)	
Dívida Pública Consolidada	10.905.882	10.799.442	(0,98)	10.593.739	(1,90)	10.441.875	(1,44)	10.242.786	(1,90)	10.047.696	(1,90)	
Dívida Consolidada Líquida	10.078.460	8.949.533	(11,20)	8.649.193	(3,36)	8.525.041	(1,44)	8.362.660	(1,90)	8.203.371	(1,90)	

FONTE:

SEPLAN/SEI/IBGE

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICE DE INFLAÇÃO						
2013	2014	2015	2016	2017	2018	
5,91%	5,30%	6,00%	4,50%	5,00%	5,00%	

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101 Art. 4º, § 2º, inciso II:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II - DEMONSTRATIVO IV

(Art. 4º, § 2º, III da L.C. 101/00)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2016

RESULTADO PATRIMONIAL*	2015	2014	2013
Saldo Patrimonial Inicial	952.199,59	906.856,75	-6.308.917,41
Variações Ativas	21.336.630,22	20.320.600,21	19.352.952,58
Variações Passivas	20.336.820,65	19.368.400,62	18.446.095,83
Saldo Patrimonial Final do Exercício	999.809,57	1.859.056,34	-5.402.060,66

(6.090.871,53)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014	2013
Patrimônio/Capital			
Reservas			
Resultado Acumulado			
TOTAL			

O município não tem Regime de previdência própria

FONTE: SEPLAN/SEI/IBGE

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, Inciso III:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II - DEMONSTRATIVO V

(Art. 4º, § 2º, III da L.C. 101/00)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2016			
RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (d)	2013
RECEITAS DE CAPITAL	20.831,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.831,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	10.415,50	-	-
Alienação de Bens Imóveis	10.415,50	-	-
TOTAL (I)	20.831,00	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS	2015 (b)	2014 (e)	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.831,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	20.831,00	-	-
Investimentos	20.831,00	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL (II)	20.831,00	-	-
SALDO FINANCEIRO (III)=(I-II)	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
FORTE:	-	-	-

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VI
(Art. 4º, § 2º, IV, alínea a, da L.C. 101/00)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2016

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VI
(Art. 4º, § 2º, IV, alínea a, da L.C. 101/00)

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2016

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
				-	

FONTE:

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VII

(Art. 4º, § 2º, V, alínea a, da L.C. 101/00)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2016

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	Tributo/Contribuição			COMPENSAÇÃO
	2016	2017	2018	
TOTAL	-	-	-	-
FONTE:				

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

FONTE:

V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VIII

(Art. 4º, § 2º, V, alínea a, da L.C. 101/00)

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2016

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	6.427.928,10
(-) Transferências constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	5.646.608,62
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	781.319,47
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	781.319,47
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	781.319,47

FONTE:

LDO NOVA REDENÇÃO - 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



ANEXO XXII: LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA DE NOVA REDENÇÃO
LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL**

Lei Complementar 101/00

DESPESA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA
	2016
TOTAL APLICADO PODER EXECUTIVO	9.207.292,34
<u>LIMITE DE APLICAÇÃO</u>	9.261.452,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.053.514,38
% DE DESPESAS COM PESSOAL	<u>51%</u>
<u>Limite Prudencial</u>	51,3%

Prefeitura Municipal de Nova Redenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO XXIII: COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO DA LOA E DO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO (Art. 5º, Lei 101/00)

(Art. 4º, § 1º da L.C. 101/00)

PREFEITURA DE NOVA REDENÇÃO
COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE LOA 2015 E LDO 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015		DIFERENÇA
	LDO	ORÇAMENTO	
Receita Total	19.360.771,54	18.677.032,29	683.739,25
Receitas Não-Financeiras (I)	19.274.361,97	18.594.069,81	680.292,16
Despesa Total	19.360.771,54	18.677.032,29	683.739,25
Despesas Não-Financeiras (II)	18.111.513,70	17.487.262,91	624.250,78
Resultado Primário (I – II)	1.162.848,27	1.106.806,90	56.041,37

Prefeitura Municipal de Nova Redenção

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO III



MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2016

LRF, art 4º, § 3º

RS 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Processos Judiciais que acarretem pagamento com pagamento de sentenças judiciais	Valor do contingenciamento e utilização da Reserva de Contingência no montante necessário	Utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos e cancelamento de saldo de dotações orçamentárias	Valor do contingenciamento e utilização da Reserva de Contingência no montante necessário
Dívidas oriundas de Orçamentos Anteriores		Redução de Investimentos e outras despesas correntes de natureza discricionária, utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos e cancelamento de saldo de dotações orçamentárias	
Outros Passivos Contingentes		Redução de Investimentos e outras despesas correntes de natureza discricionária, utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos e cancelamento de saldo de dotações orçamentárias	
SUB TOTAL		TOTAL	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Elevação das despesas de natureza obrigatória em cumprimento as disposições em cumprimento as disposições constitucionais e legais	Valor do contingenciamento e utilização da Reserva de Contingência no montante necessário	Redução de Investimentos e outras despesas correntes de natureza discricionária, utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos e cancelamento de saldo de dotação orçamentárias	Valor do contingenciamento e utilização da Reserva de Contingência no montante necessário
Ocorrência de fatos supervenientes à elaboração da Lei Orçamentária		Utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos e cancelamento de saldo de dotações orçamentárias	
Outros Riscos Fiscais		92.689,18	
SUB TOTAL		SUB TOTAL	
TOTAL		TOTAL	

FONTE: Balanço Patrimonial - Arquivos Públicos Municipais

LDO NOVA REDENÇÃO 2016

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.